



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 125

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 30 DE JULHO DE 1968

ATA DA 5ª REUNIÃO, EM 29 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa,
da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Alvaro Maia — Pedro Carneiro — Achilles Cruz — Sebastião Archer — Menezes Pimentel — Duarte Filho — Argemiro de Figueiredo — Armando Storni — Milton Menezes e Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de apenas 10 Srs. Senadores, não havendo número, portanto, para a abertura da sessão.

Antes de declarar encerrada a presente reunião, designo para a próxima sessão ordinária a seguinte

ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 47, de 1968 — Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1968 (oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer número 555-68), que torna sem efeito a Resolução nº 83, de 1967.

Requerimento nº 725, de 1968 — Votação, em turno único, do Requerimento nº 725, de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Banco Central —, informações sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE).

Requerimento nº 848, de 1968 — Votação, em turno único, do Requerimento nº 848, de 1968, pelo qual o Sr. Senador Dylton Costa solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre os estabelecimentos bancários que, de cinco anos a esta data, entraram em regime de liquidação, e faz outras indagações.

Expediente despachado

MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, referente a escolha de nome para cargo cujo provimento depende de prévia autorização do Senado, nos seguintes termos:

SENADO FEDERAL

Mensagem nº 250, de 1968

(Nº 462-68, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Na forma do artigo 27 da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, tenho a honra de submeter a Vossas Excelências a indicação do nome do Engenheiro Samir Haddad para o cargo de Conselheiro do Banco Nacional de Habitação.

Conforme se verifica do anexo «Curriculum Vitae», o indicado preenche todos os requisitos legais para a investidura.

Brasília, em 26 de julho de 1968. — A. Costa e Silva.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

E.M. nº 0099 — E.M. de .. 1968
Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, a indicação do nome do Engenheiro — Samir Haddad para, em substituição ao General Euler Bentes Monteiro, que solicitou exoneração, exercer o cargo de Conselheiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, órgão vinculado a este Ministério pelo Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com mandato até 8 de janeiro de 1970.

Cumprime-me destacar que a nomeação, ora proposta, está amparada no art. 27, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Diante do exposto solicito que Vossa Excelência, concordando com a indicação proposta, se digne encaminhá-la à decisão do Senado Federal, para o que segue anexo o «curriculum vitae» do Engenheiro Samir Haddad.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Afonso Augusto de Albuquerque Lima.

CURRICULUM VITAE

SAMIR HADDAD

Engenheiro, brasileiro, solteiro, residente à Avenida Maracanã nº 1.241, Rio de Janeiro, Guanabara, nascido a 8 de novembro de 1923, possuidor da Carteira profissional nº 4.560-D do CREA da 5ª Região.

Cursos

Engenheiro Civil diplomado em 1946, pela Escola Nacional de Engenharia da

Universidade do Brasil, nas três especialidades: Pontes e Grandes Estruturas; Portos; Rios e Canais; Urbanismo e Saneamento.

Em 1954, pós-graduou-se em Engenharia Rodoviária, pela mesma Escola, tendo apresentado o trabalho seguinte: «Correlação entre uma política Nacional de Transportes e o Abastecimento dos grandes Centros Industriais».

É Oficial da Reserva da 2ª Classe do Exército, da Arma de Artilharia, possuindo diploma do Curso de Artilharia de Costa, tendo prestado serviço ativo durante a Segunda Guerra Mundial, no Forte de Copacabana.

Cargos Exercidos

Na qualidade de Engenheiro e posteriormente como Diretor, de Planejamento de Serviços Hollerith, participou do planejamento e Organização de várias entidades particulares e oficiais. (1947 a 1951).

Como Diretor Técnico da Companhia Imobiliária Santa Cruz, (1951-1961), dirigiu a elaboração do Planejamento Urbanístico do Jardim Guanabara, na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, Guanabara, coordenando a implantação das obras e serviços projetados.

O Jardim Guanabara, ocupando uma área de cerca de 5.000.000 m², é hoje, um dos melhores bairros residenciais da Guanabara, o que muito se deve à qualidade do planejamento adotado e das obras de equipamento social e urbano realizadas.

Dentro do mesmo período, coordenou o projeto e construção do Hipódromo da Guanabara (atual Estádio da Portuguesa de Desportos), obra famosa internacionalmente.

Integrou o grupo de Técnicos que assessorou o Major Geraldo de Menezes Côrtes, no Serviço de Trânsito do antigo Distrito Federal, quando foram introduzidas, modernas técnicas de Planejamento e Execução, na solução dos problemas de Tráfego do Rio de Janeiro, até então, tratados de maneira empírica.

Concomitantemente, desenvolveu sempre uma atividade intensa no Clube de Engenharia, onde foi Diretor e membro do Conselho Diretor, fazendo ainda, parte das Divisões Técnicas Especializadas de Urbanismo, Transporte e Economia.

Na A.B.N.T. (Associação Brasileira de Normas Técnicas), é Secretário da Comissão Permanente da N.B. 144 (Norma Brasileira de Construções em Condomínio), que regulamenta em âmbito nacional, todas as edificações para

a venda em condomínio, e membro da Comissão Permanente da N.B. 144 (Norma Brasileira de Serviço Técnicos), que regulamenta a prestação de Serviços Técnicos para edificações.

É Diretor e membro do Conselho Técnico do Sindicato de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Rio de Janeiro.

Foi membro de vários congressos e simpósios de Engenharia e Urbanismo, destacando-se o simpósio realizado em 1967, pelo Clube de Engenharia e Banco Nacional de Habitação, sobre o Plano Nacional de Habitação e Planejamento Local Integrado, quando exerceu as funções de Relator-Geral. (1) — e Primeiro Simpósio sobre Proteção Contra Calamidades Públicas, realizado no mesmo ano, pelo Clube de Engenharia e Governo do Estado, quando foi membro da Comissão Relatora. (2).

No Serviço Público, exerceu as funções de:

Coordenador de Planos e Orçamento do Estado da Guanabara, sendo sua iniciativa, os estudos que propiciaram a criação do Instituto de Geotécnica e a Coordenação da Defesa Civil do Estado da Guanabara, que constituíram-se em iniciativas pioneiras no Brasil e que vem prestando relevantes serviços à população.

Assessor do Secretário de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, quando coordenou a elaboração dos Estudos Preliminares, sobre o Centro Comunitário Sul e a Erradicação das Favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas, preconizando soluções que conciliem os interesses econômicos e sociais dos favelados com a iminente necessidade do saneamento da Zona da Lagoa, propiciando ainda, a obtenção de um fundo rotativo de recursos financeiros a serem aplicados em vários locais da Guanabara, na total erradicação de sub-habitações.

A Comissão de Finanças.

OFÍCIO

Do Sr. Ministro da Agricultura, como segue:

G.M. nº 439-Br. — 26-7-68

Senhor Senador

Em aditamento ao Aviso nº 318, datado de 5 de junho passado, tenho o prazer de comunicar a Vossa Excelência que, atendendo à convocação constante do ofício número 640, de 29 de abril de 1968, dessa Primeira Secretaria, poderei comparecer a essa Egrégia Casa em qualquer dos dias abaixo relacionados, de vez que, no período de 6 a 13

De agosto próximo, estarei na Amazônia, onde será instalada a sede do Governo Federal, fato que motiva o oferecimento dessas alternativas para decisão da Mesa desse Parlamento:

31 de julho — quarta-feira
5 de agosto — segunda-feira
16 de agosto — sexta-feira
22 de agosto — quinta-feira.

Na oportunidade, tenho a honra de agradecer a consideração que me foi dispensada com a concessão do adiamento da minha presença a essa Casa, o que me permitiu concluir os trabalhos das Reuniões Preparatórias e do II Congresso Nacional de Agropecuária.

Aguardando, pois, a prévia comunicação de Vossa Excelência, quanto à data e hora fixadas para o meu comparecimento, valho-me do ensejo para apresentar-lhe os meus renovados protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Ivo Arzua.

AVISO DO MINISTRO DA AERONÁUTICA

Nº 001-SEC-SC-4-039, de 15 do corrente, participando a designação do Tenente-Coronel Aviador Lauro Rey Meneses para exercer a função de Assessor Parlamentar daquele Ministério junto ao Congresso Nacional.

AVISO DO MINISTRO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Nº 883-CM, de 25 do corrente, comunicando o lançamento, ao mar, do navio graneleiro «Frotasul».

Resposta ao seguinte Requerimento de Informações:

Nº 691-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério das Relações Exteriores. (Aviso DAS-DAI-DCET-G-24-592.64 (22-68)).

Requerimentos de Informações deferidos pela Presidência:

De autoria do Senador Linno de Mattos:

Nº 899-68, ao Ministério da Agricultura;

Nº 900-68, ao Ministério do Planejamento;

Nº 901-68, ao Ministério da Fazenda; e

Nº 902-68, ao Ministério das Relações Exteriores.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

ANEXO DA ATA DA 19ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 1968

Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correa) — Havendo número legal declarado aberta a sessão. Vou ler as indicações da Liderança para substituição de Membros desta Comissão.

(Procede à leitura dos nomes para a substituição)

O Sr. Deputado Regis Pacheco já se deslocou para a Bahia a fim de preparar o nosso itinerário no grande Estado do Norte.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — (Pela ordem) — Diante da situação da vice-presidência eu indicaria neste momento o Senador Aurélio Vianna pa-

ra ficar como vice-Presidente da Comissão. Naturalmente com a sua experiência e o seu tirocínio dará S. Exa. grande colaboração aos nossos trabalhos.

É a proposta que eu desejava fazer. O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correa) — Ao Plenário então para decidir sobre a indicação do Sr. Deputado Breno da Silveira quanto à eleição do Senador Aurélio Vianna para Vice-Presidente.

Acha-se presente o Dr. Belmiro Maciel de Barros Presidente do Sindicato Rural de Corumbá Mato Grosso o meu Estado. Com o seu abalizado conhecimento e nome altamente credenciado nos vem dar o seu depoimento nesta Comissão. E é com especial prazer de mato-grossense que lhe passo a palavra.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Exmo. Sr. Senador Fernando Correa da Costa Digníssimo Presidente desta Comissão, ilustres Senadores e Deputados aqui me encontro atendendo ao convite de V. Exa., aqui estou para, convusco, estudar esta grave crise que atravessa a pecuária no Brasil.

Sinto-me por demais honrado, jamais supus que um dia tivesse esta oportunidade em minha vida, de falar a um auditório tão seletivo. Peço, desde já, desculpas aos Senhores, pois sou modesto vaqueiro lá dos pantanais de Mato Grosso.

Peço paciência para o pouco que vou trazer ao conhecimento dos Senhores, sobre a situação angustiosa do pecuarista de Mato Grosso, do pantanal e de Corumbá.

Neste momento falo em nome de milhares de fazendeiros que estão à beira do caos. O nosso pantanal é uma dívida do Céu, lá se cria gado há mais de 160 anos, com pouco auxílio do homem, só a natureza cooperando com o enriquecimento, o aumento dessa população bovina e, algumas vezes, com maior auxílio técnico, maior conhecimento, essa produção aumenta e muito.

O Pantanal é região geo-econômica bem definida, com cerca de 270 mil quilômetros quadrados: maior que o Estado de São Paulo e mais da metade de Minas Gerais. Compreende 9 municípios, sendo Corumbá o de maior rebanho bovino do País, e do mundo — creio eu. No Pantanal é criado 16% do rebanho bovino nacional. Sua pecuária compreende dois terços do rebanho bovino de Mato Grosso, e este é o segundo do País. Tem 10% de rebanho do Brasil.

Em relação à pecuária, tem 24% do rebanho bovino de Mato Grosso e 4% do rebanho do País. Corumbá está com 3 milhões e 76 mil cabeças de gado.

Infelizmente não temos um posto do Ministério da Agricultura funcionando.

O IBRA e o INDA, desconhecemos os seus benefícios ou por outra, do INDA, já temos alguma promessa.

Tenho em mãos uma proposta do INDA à nossa Cooperativa de Consumo Nacional, com uma cláusula em

que financiamos o INDA. Já se pagam milhões e milhões de cruzeiros a essa organização.

Para financiar, cobram-se juros e ainda nos querem cobrar uma taxa de 6% de administração.

Seis por cento, de que?

A cooperativa vai pagar. O que o INDA vai administrar?

No Ministério da Agricultura, infelizmente, também auxílio nenhum.

A Carta de Brasília, julho, é nisso, zero parece que não vem funcionando bem, não chegou a Corumbá.

Precisamente há um ano e três meses estava uma equipe do Banco Mundial, que correu Mato Grosso, estudando suas possibilidades para implantação daquele projeto, em convênio com o nosso Governo, para o auxílio do desenvolvimento da pecuária de corte. Chegaram a conclusão de que o Pantanal oferece as maiores possibilidades para o pleno sucesso desse projeto. Chegaram mesmo a nos afirmar que Corumbá, num prazo de 6 anos, poderia dobrar a sua população bovina.

Infelizmente, até hoje não foi posto em prática esse projeto, mormente sabendo que a pecuária demanda tempo.

Há pouco, na minha viagem, peguei um jornal que me alertou bastante sobre a carência de proteína no mundo e sobre o consumo de carne do brasileiro. Aqui, vou ler os trechos que julguei mais interessantes:

“O brasileiro, consumindo apenas 20 kg de carne per capita, está entre os povos que menos consomem carne no mundo. Um estudo da FAO demonstra que a carência de proteína no organismo pode provocar depressão emotiva, apatia — languidez — neurose — hostilidade aos demais, irritabilidade — incapacidade e deficiência de concentração”.

Meus senhores, sabemos que a proteína animal é a mais barata e que há carência no mundo inteiro, e ela tende a se agravar, como os senhores verão.

“No princípio deste ano, os jornais anunciaram que já estavam sendo criadas condições para que a comercialização de carne desossada, no Rio, entrasse em experiência dentro de alguns meses. O que viria tornar mais rígida a distribuição da carne, assim como a capacidade de transporte dos caminhões frigoríficos seria aproveitada integralmente. Mas, a cada dia, quase, uma nova tabela estipula um preço maior para o chã-de-dentro, o patinho — o i agarto ou a alcatra — a pá — a capa de filé — o acém — o peito. O filé sem osso e o filé mignon ficam, em geral, mantidos fora da tabela, sendo vendidos a preços astronômicos”.

Chamo a atenção dos Srs. Parlamentares para a comercialização da carne no País. Ela vem sendo feita ainda como no tempo de Dom Pedro II — caríssima e o produtor sofre de as condições e o consumidor pa-

gando um preço bem alto. Mas os açougues e a SUNAB e os seus intermediários têm sido os grandes beneficiários nesta comercialização da carne. O produtor e o consumidor são as duas vítimas do negócio.

Adiante temos que as estatísticas afirmam que, aproximadamente 80% das internações e 60% dos atendimentos nos hospitais infantis no Rio de Janeiro seriam desnecessários se não fosse a fome, tecnicamente: distrofia pluricausal, hidrogênica — subalimentar das crianças e são recebidos remédios ao invés de proteínas contidas na carne — nos ovos, etc., cujos preços sobem incessantemente. Mas o de que não se lembram, é de que os impostos sobem também quase que mensalmente.

Quero ressaltar que foi previsto, na Europa, para 1970, um déficit de carne de 7 milhões de toneladas. Aqui há um ligeiro engano, pois que esse déficit, em 1965, já podia ser registrado.

Em nosso mundo, em grande expansão principalmente industrial, é cada vez maior a exigência de carne bovina e, em nenhuma parte do mundo ocidental se encontra mais carne para importar.

Uma das medidas propostas na Europa para a solução do problema é o rápido processo de engorda do gado através de cereais. No entanto, não seria por demais absurdo dar-se ao boi esse cereal excedente quando existem no mundo seres subalimentados por falta, exatamente, desses cereais?

Para que não piorasse a situação alimentar no mundo, até o fim do século, seria preciso dobrar a produção de cereais e triplicar os produtos animais. Infelizmente não é o que vem acontecendo, meus senhores.

Sou portador, dos pequenos ruralistas, lá de Corumbá, de um apelo a Vossas Excelências, no sentido de que levem ao conhecimento do nosso mais alto Poder a situação calamitosa em que se encontram.

O pequeno produtor do Pantanal desapareceu ou desaparecerá até o fim do ano. Não é possível, com esses impostos e a queda do preço do boi, a sobrevivência do produtor, do pequeno produtor, que não tem, assim. E o médio e os grandes produtores tornar-se-ão pequenos, dentro de pouco tempo.

Vou citar para Vossas Excelências os preços, que trouxe relacionados, do boi em pé.

Em 1966 — o boi — em Corumbá, chegou a ser vendido, em média, por 210 cruzeiros novos. Nessa ocasião, os açougues e a SUNAB fizeram a tabela. O preço da arroba estava a 22, em setembro-outubro de 1966, lá para o produtor. Então, os açougues passaram a vender a carne, baseados nesse preço de 22.

No ano passado, em abril-maio, o preço da arroba, lá para Goiás, caiu para 13 e 14 cruzeiros. Lá nos grandes centros, porém, os açougues continuaram a cobrar baseados no preço mais alto de 1966, e o preço da carne no açougue continuou o mesmo, a arroba a 22 cruzeiros novos.

Em 1966, com o boi a 210, nós pagamos o Imposto de Vendas e Contribuições 5,54. Dava o líquido de 198 cruzeiros e 37 centavos. Em 1967, o preço do boi médio, lá no pantanal, foi cotado a 160 cruzeiros novos. O boi magro, — porque 90% do boi do pantanal sai magro, — era vendido ao invernista paulista, somente com 10% para engorda. Já agora, com o ICM, 60%, e sem computar o IBRA e o INDA, dava um líquido de 136 cruzeiros novos.

O SR. LUIZ BRAGA — A taxa foi elevada?

O DR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Em 15%.

Em 1968, o preço médio do boi é de 180 cruzeiros novos. Houve uma reação. Portanto, houve um aumento

de 11% em relação a 1967. O boi médio do pantanal, ou seja 90% dos bois do pantanal, que representam 2/3 do rebanho de Mato Grosso, sai com a idade de 3 anos, em média, — para as internadas de São Paulo. E' boi que sai com taxa para 16 a 16,5 arrobas, em média. Houve um aumento de 11% este ano, em relação a 1967, e uma baixa de 29% em relação a 1966. O preço médio da arroba pode ser considerado em NCr\$ 14,00. Já houve reação e já está a NCr\$ 18,00, lá no pantanal. Agora outro ponto que eu trouxe aqui e que julgo interessante frizar aos senhores é o aumento progressivo do imposto territorial rural.

Tomei por base uma propriedade média no pantanal: área de 18.000 hectares; capacidade de 4.500 a 5.000 cabeças.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correa) — E, depois, quando aluga, parte do campo ... (FALA SEM MICROFONE).

O SR. DR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Sómente 1/3 sómente 30% é aproveitável. Há o cerrado, há a parte das águas. Se podemos contar, realmente, com 1/3 dessa área. E, para cobrança de impostos, 100%.

Em 1965, essa propriedade pagou, de Imposto Territorial Rural 329,47 Cruzeiros Novos. Em 1966, essa mesma propriedade, agora com o IBRA, pagou 1.145,40 cruzeiros novos. Houve, portanto, um aumento de ... 248%, em relação a 1965. Ao tempo em que o boi estava em boa maré, em 1967, essa mesma propriedade, pagou NCr\$ 2.533,50.

Houve um aumento de 121%, em relação a 1966 e 653, em relação a 1965. E este ano, meus Srs., 653. — Este ano, meus Srs., 653. Este ano de 1967 de triste memória para todos nós, foi aquele em que o boi foi vendido ao preço de 136, 47%, de baixa em relação ao preço do boi do ano anterior, enquanto houve o aumento de 653%, do imposto em relação ao ano de 1965.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correa) — 653%?

O SR. DR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Exatamente. Trouxe aqui mais alguns números interessantíssimos. O preço de frete do noroeste do Brasil.

Em 1966 o noroeste cobrava NCr\$. 13,43 de frete de Corumbá à Aracatuba. Tomei Aracatuba como exemplo porque Aracatuba é ponto médio de grandes internadas.

O SR. SENADOR MEM DE SA — O gado é abastido em Aracatuba?

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Grande parte em Aracatuba. Lá temos o frigorífico sob intervenção maléfica da SUNAB, frigorífico de Sebastião da Silva Maia, para quem chamo a atenção dos Senhores. Seria o caso, talvez, de levar ao conhecimento do Conselho de Segurança Nacional para que se faça o estudo sobre este Senhor. Logo após 1964, esteve preso, envolvido não sei se em subversão ou corrupção. O caso é que em Mato Grosso é generalizado, é voz corrente ser ele testa-de-ferro do ex-presidente João Goulart. Tem esse frigorífico em Aracatuba, hoje arrendado à SUNAB, por 70 milhões de cruzeiros mensalmente.

O SR. SENADOR MEM DE SA — 70 mil cruzeiros novos.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Além disso consta que está com o monopólio do transporte de carne de Aracatuba ao Rio e distribuição ali.

O SR. SENADOR MEM DE SA — Qual a via de transporte?

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Caminhões, frota de caminhões e o monopólio do transporte, mesmo quando aparece outro com preço mais barato é quem faz o transporte.

O SR. SENADOR MEM DE SA — Quanto tempo gasta um caminhão para transportar a carne?

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS (Depoente) — Para São Paulo, 12 horas; para o Rio, 20, — aproximadamente.

Não é necessário resfriar a carne. O caminhão é frigorífico. O motor do caminhão resfria a carne na viagem. O motorista faz várias paradas e põe o motor para funcionar.

Chegando no Rio, a carne é entregue ao Frig-Rio, frigorífico encarregado da distribuição. Também é de propriedade de Sebastião da Silva Maia e de outros testas-de-ferro, alguns remanescentes do grupo Faldini, grupo sobre o qual mais tarde terei oportunidade de falar. Esse grupo mantém o monopólio da distribuição da carne no Rio de Janeiro.

Outro ponto interessante é o das falências fraudulentas de frigoríficos que têm havido nos últimos anos.

Esses Faldinis aventureiros, chegaram, resolveram que iam comprar. Estabeleceram-se com esse frigorífico de Tião Maia, iriam comprá-lo contando com grandes empréstimos que iam conseguir. Mas, depois de 1964, houve uma certa retração de crédito e eles não conseguiram, foram à falência, falência em que também foi envolvido outro grupo da mesma estirpe, que já tivera falência em Presidente Prudente, e depois em Campo Grande.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correa) — Mas, em Campo Grande, entrou em concordata.

(Incompreensível, impossível apuramento Tag gráfico).

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correa) — O Diretor do Frigorífico de Cotia estará aqui depois de amanhã e ouviremos seu depoimento.

O SR. DR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Com a falência, só desses dois frigoríficos houve uma redução de capital equivalente a ... 140.000 bois. Muita gente foi grandemente prejudicada pela falência desses grupos inidôneos, além do prejuízo na região, pois um capital de 140.000 bois deixam de ali circular.

Esses homens continuam impunes, meus senhores. Ladrões de galinha, na cadeia, e esses homens absorvem um capital de 140.000 bois.

O SR. SENADOR JOÃO CLEOFAS — Tião Maia também teve falência?

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Não; tinha vendido o frigorífico ao Grupo Faldini. Com a falência do Grupo Faldini, conseguiu reaver o frigorífico e arrendou à SUNAB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correa) — Por 70.000 contos por mês.

O SR. JOÃO CLEOFAS — De modo que esses produtores não têm meios legais de receberem, ou conseguem que a SUNAB, em vez de pagar ...

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Não tem possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correa) — Peço aos senhores que sigamos a praxe desta Comissão, que é ouvir, para depois cada um ter seus dez minutos para perguntar. Naturalmente, uma ou outra interrupção pode ser feita, para não perder a oportunidade, mas peço para seguirmos a praxe da Comissão. O depoente fará a exposição, depois se submeterá às perguntas.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Em 1966, o frete até Aracatuba era de treze cruzeiros e quarenta e três centavos; em 1967, esse preço aumentou para dezoito cruzeiros e oventa e cinco centavos, em 1968, o preço passou para vinte cruzeiros e setenta e nove centavos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correa) — Quero explicar aos senhores que não conhecem a particulari-

dade que o gado é apanhado nas fazendas que estão à margem dos rios.

De maneira que existe o frete da Baía do Prata até Corumbá.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — De maneira que há frete entre o Porto de Escalvado, que é a distância média, até o Porto de Morrinhos, que é próxima à estação de Albuquerque, onde é embarcado o gado. Em 1963, o frete da Baía do Prata, por cabeça era, de NCr\$ 14,36. Hoje o frete é de NCr\$ 19,51. Felizmente esse aumento não foi tão grande.

Vamos considerar quanto o boi paga de frete de Cáceres até chegar à Internada de Aracatuba: frete de Escalvado até Morrinhos: ... NCr\$ 19,51; a condução de um boi de Morrinhos a Albuquerque: NCr\$ 2,00; frete de Albuquerque até Aracatuba: NCr\$ 29,79; o ICM do boi lá é cotado a NCr\$ 140,00 e, assim, dá NCr\$ 21,00; Fui do Rio: NCr\$ 1,40; INPS: 1,40; taxa de classificação: NCr\$ 0,76. Logo o boi paga de impostos e frete, até chegar à Internada de Aracatuba, NCr\$ 75,86.

Temos ouvido, também, muitos apelos do nosso Governo a respeito da mecanização.

Trago, aqui para os senhores, uns dados que acho interessantes também, para julgarem se é possível ou não a mecanização.

Um trator Deutz, DM-40, o menor deles, tem seu preço fixado em ... NCr\$ 15.000,00, financiados pelo Banco do Brasil, onde os juros são os mais baixos que temos, atualmente.

Juros de 12% ao ano, em cinco anos, dão um total de NCr\$ 6.390,24. Comissão de 3% ao ano, em cinco anos, totaliza NCr\$ 1.597,53;

Obrigatoriedade de seguro, a uma taxa de 0,80%, em cinco anos, atinge NCr\$ 486,00.

Total do preço do trator, ... NCr\$ 23.467,80.

Assim, o preço do NCr\$ 15.000,00, juros e acessórios NCr\$ 8.487,00. E trouxe também o aumento do combustível. Em 1º de janeiro de 1966, a gasolina custava 21 centavos e o gásóleo, 16 centavos. Em 1966, o preço da gasolina foi para 26 centavos e o gásóleo, para 23 centavos. E hoje a gasolina está a 33 centavos e o gásóleo a 27 centavos.

Preço de um trator CBT em 1966 — NCr\$ 14.770,00. Em abril esse preço subiu para NCr\$ 20.521,00.

Em Mato Grosso tivemos, há pouco, a esperança de tratores mais baratos. O nosso ilustre Governador Dr. Pedro Pedrossian, nomeou uma Comissão composta do seu Secretário de Justiça, o seu Secretário de Planejamento e o Líder do seu Governo, que fizeram uma viagem à Romênia para estudarem a possibilidade de importação de tratores romenos.

Não conheço o resultado a que teria chegado a Comissão que lá esteve. Mas hoje, não se fala mais em tratores mais baratos e acredito que difícilmente conseguiriam. Aliás, antes de partida já tínhamos a certeza de que não conseguiriam, porque viria tal importação, inclusive, prejudicar a fabricação nossa de tratores que também está em crise.

No pantanal, além da pecuária, creio que há a possibilidade de produzir-se arroz irrigado, produção essa que poderia ser bastante substancial. Seria um plantio barato, em época de colheita relativamente boa, quando começa a esfriar a safra anterior.

Agora, para isso precisaríamos de auxílio técnico e financeiro. Em 1966, quando o preço do boi ainda estava compensando a sua criação, surgiu um movimento em Corumbá para criação de uma Cooperativa de carne para industrialização a carne no próprio centro produtor.

Teve grande aceitação e chegamos a tomar as primeiras medidas mas,

no início de 1967, com a execução do ICM, praticamente não houve mais condições da criação da Cooperativa de carne. A meu ver, uma das soluções para produzir carne mais barata, seria a criação de cooperativas de distribuição nos grandes centros.

Aliás, esqueci de apresentar aos Srs. o nosso amigo Paulo Rodrigues Leite, companheiro nosso da Corumbá. Presidente da Cooperativa de Crédito, que aceitou a meu convite de comparecer a esta Comissão de debates. Nosso amigo está bem capacitado para responder às perguntas que dizem respeito à questão.

Como já frisei, o Ministério da Agricultura é incompetente, no momento, a falta de produção que encontramos neste Ministério.

De 1955 a 1960 a propaganda era gerar. "Vá para o campo, vá plantar café". P. lantou-se café até 1960. Era 1.000.000 de pés de café melhor. — Vamos produzir café melhor. De 1965 para cá o Ministério nos manda arrancar café.

O Governo pede aumento de produção, precisa aumentar o rebanho para baratear a carne. Com os incentivos da SUDAM, dentro de poucos anos isto será um grande centro produtor de boi. Será que daqui a alguns anos não vão matar o boi para valorizar?

Com esses incentivos a SUDAM vai produzir muito boi e, é mister um planejamento geral para escamoteio desta produção, para entrarmos de rijo no mercado exportador, não esporadicamente, de dez em dez anos. Temos que traçar um plano para daqui a tantos anos poderemos produzir tantas mil toneladas. As nossas exportações de carne não têm sido aceitação mundial porque não têm continuidade.

Seria a mesma coisa, que fôssemos comprar no armazém feijão. Iriamos uma vez. Na segunda ou terceira vez que não encontrássemos esse artigo, não iríamos mais procurar o mesmo local; iríamos buscar outros.

E o que se passa no Brasil, infelizmente: não há solução de continuidade nessa exportação.

Por isso, sugiro a V. Exas. proponham ao Ministério do Planejamento ao Ministério da Agricultura que seja feito um plano, a médio e a longo alcance.

Há pouco, li declarações do Ministro da Agricultura de que vamos exportar carne para a França. Pura baleia, pura baleia! Sabemos que estamos atingindo, já, a entressafra. Não temos carne estocada. A SUNAB, talvez, tenha feito algum...

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — (Para um esclarecimento) — Hoje, chegamos da Europa Fomcs às nossas Embaixadas e procuramos efetuar categorizados para negociarmos com o Brasil, nos países por onde passamos.

A primeira observação que se tem de fazer sobre a carne brasileira é que, particularmente, o europeu tinha e ainda tem, com raras exceções, verdadeiro terror, verdadeiro pânico de comer carne de bois criados no Brasil, por medo da brucelose e da aftosa. Este o primeiro problema. Em segundo lugar, o seu paladar não está preparado para o dos europeus.

Agora mesmo, Portugal entrou em entendimento com o Brasil. Não quis com a França que exporta carne, o que é interessante, porque ela é um dos poucos países da Europa democrática que exporta carne. Mas Portugal estava ansioso para negociar com o Brasil. Entrou em entendimentos para nos comprar cinco mil toneladas de carne do Rio Grande do Sul, pelas notícias que teve o Governo português de que o aftoso e a brucelose haviam sido erradicados do Rio Grande do Sul.

Foi o primeiro ponto. Mas entrou no mercado da concorrência a União Soviética. Soube que os entendimen-

cos se processavam e ofereceu carne a Portugal por preço inferior ao preço que o Brasil cobrava, oferecia.

E houve certos desentendimentos aqui que culminaram com a perda de 3.000 toneladas, que foram compradas à União Soviética e só por muito sentimentalismo, quase diria, é que nós não perdemos de vender a Portugal, as 5.000 toneladas.

Este é o primeiro ponto. O Japão, por exemplo, está vendendo 1 quilo de carne por dez dólares, significa por 33.200 cruzeiros nossos e também tem receio de comprar carne ao Brasil.

O segundo ponto importante que o nosso exportador-tradutor frisou é que também não há confiança quanto à entrega do produto.

Não há um entrosamento, no Brasil, entre o Ministério da Agricultura, o Ministério da Indústria e do Comércio, o das Minas e Energia e órgãos correlatos com o Ministério das Relações Exteriores, que está ficando muito bem preparado para colocar o que o Brasil produz no sentido que quer, feito o negócio, realizado o negócio, a qualidade do produto seja aquela que foi apresentada na amostra e o prazo de entrega seja cumprido.

Terminou aqui. Chegou a tal ponto a coisa que a China tentou comprar alimentos ao Brasil, as negociações foram encaminhadas, precisávamos de vender, precisávamos de exportar e as coisas foram se complicando, foram demorando, a Argentina entrou e há quatro anos vem vendendo, sem nada comprar à China, 100 milhões de dólares, e vai num crescendo. Nós, zero milhões.

Logo, tem razão nosso expositor quando diz não há coordenação, não existe, internamente, entrosamento, para que possamos realmente fornecer aquilo que queremos vender, e também nos organizar.

A impressão que temos é de que, enquanto os frigoríficos não ficarem nas mãos dos produtores; enquanto não forem nacionalizados e arrendados, desde que os produtores de carne não poderão comprá-los, enquanto não for solucionado o caso dos atravessadores — piores que os intermediários — a situação continuará. E não sabemos por quantos anos...

Apenas queríamos fazer esta pequena observação, concordando, em tese, com a exposição do Sr. Belmiro Maciel de Barros.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Agradeço a V. Exa. Senador Aurélio Vianna.

Entendo vital o ataque imediato ao problema da aftosa e da brucelose de nosso rebanho, sem o que nossa carne não terá aceitação integral no mercado internacional. E o mundo tem fome de proteínas.

Até aqui só critiquei tudo que está errado, mas quem critica também deve apresentar sugestões, para, em parte, minorar o desentendimento.

Colhi lá, dos companheiros do nosso Sindicato, uma série de sugestões a serem apresentadas aos senhores:

A primeira é de capital importância para a situação da pecuária de nosso País:

1ª) Extinção da SUNAB.
2ª) Pleitear estudo do preço de custo do boi, cobrando ICM somente do lucro.

Hoje, o ICM é cobrado sem computar o preço de custo. Parece que o boi cai de para-quebras no Pantanal, de lá cai em São Paulo, não custa nada. Estamos pagando ICM sobre ICM. Se vendemos o boi a 180, logicamente teríamos que abater o ICM.

3ª) Pedir um estudo dos órgãos competentes, sobre a baixa rentabilidade da pecuária do Brasil.

Acho muito interessante a ida de técnicos de gabarito ao centro de produção, ouvir a voz do caboclo — como estou falando aqui para os senhores. Para esse estudo, seria muito interessante até a criação de uma

comissão, de um grupo de trabalho composto não só de técnicos, não de asfalto, daqueles que fazem as leis, como do IBRA, à borda da piscina do Copacabana Palace, sem ouvir sem ir lá sentir o desaparecimento do pequeno produtor lá do meu Estado, que luta há 30 e 40 anos e vê seu patrimônio dilapidado em um ano e pouco.

4ª) Barateamento dos juros no financiamento para aquisição de maquinaria e melhoramento na propriedade.

5ª) Financiamento de matrizes e touros reprodutores não controlados.

6ª) Correção no sistema de distribuição de benefícios oferecidos pelo INDA.

Isso é aquela taxa de 6% de administração. Cobra os juros, e depois cobra a taxa de administração. Administrar o quê?

7ª) Execução imediata do projeto do Banco Mundial com vistas voltadas para o Pantanal, que representa 10% do rebanho nacional e com possibilidades de, em prazo de 6 anos, dobrar esse rebanho, conforme opinião de técnicos daquele Banco.

8ª) Ida de técnicos do IBRA a fim de estudar o Pantanal para minorar a cobrança extorsiva do imposto correspondente.

8ª) Que os técnicos do IBRA vão estudar o Pantanal para minorar a cobrança extorsiva do imposto correspondente;

Estas as sugestões que tinha de apresentar antes de passar a responder às perguntas dos Senhores Parlamentares, no que me for possível.

Querida declarar que ainda temos esperança e fé neste Governo, esperando que ele não passe à História como um exterminador da pecuária no Brasil, em Mato Grosso e no Pantanal, principalmente.

Estou à disposição dos Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Breno da Silveira, Relator.

O SR. BRENO DA SILVEIRA — (Relator) Sr. Dr. Belmiro Maciel de Barros, Presidente do Sindicato Rural de Corumbá, a tônica do depoimento que acabamos de ouvir e, realmente, a repetição, o denominador comum daquilo a que assistimos quando ouvimos o Sindicato Rural de Paraguari, o Sindicato do Norte do Paraná e Londrina; do que ouvimos, até agressivamente, em Uberaba de todos os ruralistas do Triângulo; do que ouvimos em Barretos e, agora, o depoimento do Dr. Belmiro Maciel de Barros vem como que jogar quase que uma pá de cal, confirmando, assim, a convicção que já tínhamos da situação realmente crítica e quase que desesperadora de toda a área agropastoril.

Os nossos trabalhos incluem uma viagem ao Norte; esta semana iremos à Bahia e, posteriormente, ao Piauí, indo, depois, até o Pará. Temos em vista, também, uma viagem ao Pantanal e se ainda lá não fomos é porque o nosso Presidente considera, no momento, a viagem desaconselhável por ser difícil o trânsito naquela região nesta época. Mas é nosso firme intenção visitar aquela grande área de produção da pecuária do nosso País.

Torna-se necessária toda essa movimentação a fim de que o Relator possa aprofundar-se bem no assunto, principalmente ouvindo os depoimentos que aqui são prestados.

Devo informar a V. Exa. que os nossos trabalhos foram divididos: hoje, por exemplo, cuidamos da parte pastoril, especialmente a que se refere à pecuária de corte e de leite.

Dirigimo-nos agora ao Sr. Deputado Luiz Braga. Não sei porque Sua Excelência se ausentou e aliás, queria chamar a atenção do Senhor Presidente no sentido de "apertasse"

o Deputado Luiz Braga, pois que Sua Excelência está com grande responsabilidade, inclusive S. Exa. foi escolhido de comum acordo e Sua Excelência mesmo se propôs a isso, e S. Exa. tem faltado às nossas visitas.

Depoimentos como este e outros que ouvimos é que irão dar a S. Exa. o grande sentido da responsabilidade que tem, como Relator da parte mais importante, talvez, desta Comissão.

Tenho em mãos elementos referentes ao mercado pecuário de abril e maio, publicados na "Revista dos Criadores". Esta revista tem, realmente, uma parte econômica muito interessante, onde sentimos, de perto, tudo aquilo que o Dr. Belmiro Maciel de Barros nos traz sobre Mato Grosso. É o que aconteceu em Goiás e em todas as regiões do País.

Diz, aqui, o relatório:

"O preço do boi gordo no interior paulista girou, em março, entre NCr\$ 17 e NCr\$ 18 por arroba, livre de prete e imposto, devendo ser alcançado média inferior à de fevereiro. Explica-se a tendência de baixa com a marcha da safra, as dificuldades de exportação e a ausência de programas de estocagem, quer de boi em pé, quer de boi morto. Temia-se que essa falta de armazenagem fosse criar problemas sérios de abastecimento na próxima entressafra".

Ai, vem a SUNAB e vai importar carne outra vez.

São os grandes negócios. Aliás, ouvimos a mesma denúncia de outros setores. Ouvimos a mesma denúncia do Sr. Sebastião Silva Mala, ouvimos a mesma denúncia em Londrina, a mesma coisa no Triângulo Mineiro, a mesma coisa em Araguaçu. Sendo que V. Sa. nos traz hoje, maiores detalhes, e por isso julgamos, já a partir de agora, imprescindível a convocação do Sr. Sebastião da Silva Mala a esta Comissão, para explicar-se. E já uma proposta que fazemos, como consequência do seu relatório, como também já está coordenada a presença do Sr. Cravo Peixoto, porque o crime, se vem de trás, ele permanece. Nós não podemos acusar ninguém, para trás, porque, infelizmente, se devia haver reparação dos erros, estes não foram reparados. E críticas à SUNAB são feitas, não só na área dos humildes fazendeiros, mas em escalão maior, na dos líderes rurais. E ouvimos essas críticas aqui nesta Comissão.

Então, o primeiro item da proposta do Sindicato Rural de Corumbá, de extinção da SUNAB, é uma voz geral, e quase unânime, porque a SUNAB só interfere para acabar, para liquidar. Inclusive, tivemos notícia, hoje, de que ela passará a importar queijo e manteiga, que já estão os negócios entabulados para prevenir uma possível crise de leite na estância. Quando nós sabemos que os fazendeiros se negam a entregar o leite porque ao invés de aumentar para o produtor, não chega nem a 100 cruzeiros em várias áreas de Minas Gerais, Goiás e nas zonas vizinhas a Brasília. Então, na análise feita pelo setor especializado dessa revista, dizem que a força da safra é em abril.

Havia ainda a esperança daquela promessa feita em abril com o encontro do Secretário da Fazenda, onde seria possível a isenção do ICM, que ficou reduzido apenas aos produtos hortigranjeiros.

Apenas por questão de defesa, a Guanabara abriu suas barreiras, porque é Estado eminentemente consumidor. Tivemos, aqui, um depoimento do Secretário da Agricultura da Guanabara e, como V. Exa. falou sobre o problema do preço da carne na Guanabara, eu gostaria de trazer uma colaboração à sua luta, dizendo que a Guanabara tem 3.400 açougues. Nos levantamentos feitos pelo

órgão específico, que é a Secretaria da Agricultura da Guanabara, ficou provado que existem 1000 açougues naquele Estado, com ponto de comércio para serem vendidos por um grupo de açougueiros, com ponto comercial, para negócio de lúvas, a fim de pagar os incautos.

O Secretário de Economia procurou por todos os meios, que fosse ampliado o atendimento ao público pelos açougueiros, dando margem a que os subprodutos, linguiça, salsicha, frangos, tivessem amplitude maior de negócio para atendimento ao público.

A esperança era de que o salário mínimo aumentasse o poder aquisitivo, mas isto não aconteceu.

"GADO MAGRO COMEÇA A BERRAR"

O gado magro começava a baixar em Goiás e Mato Grosso, fustigado afinal pela longa continuação dos preços do boi gordo e da carne. Em Mato Grosso, já se achava boiada regular a NCr\$ 175, livre de imposto, e em Goiás, na base de NCr\$ 250 para boiada boa, posta lá, imposto por conta do comprador, já era corrente. Premidos em duas safras pelas dificuldades de compensar nas vendas o boi comprado, os investidores começaram a relutar na lotação das invernações e diminuíram a procura. A oferta aumentou, e o preço começou a arruinar. Logo, chega a vez do bezerro, e a SUNAB bate a mão seca da pobreza no mais distante sertão".

Mal adiante, os preços de bezerrinhos, que são seríssimos.

(Lendo):

"O estudo de preços realizado pela Secretaria de Agricultura de Minas Gerais mostra que em fevereiro continuou em declínio a maioria dos preços das criações e seus produtos.

GADO DE CRIA
No grupo de animais de criar, a queda de preços foi geral. Os bezerrinhos e bezerras até 1 ano passaram a ser pagos a NCr\$ 68,00; as novilhas de 2 a 3 anos foram pagas em média a NCr\$ 132,00; a vaca solteira a NCr\$ 172,00 e a vaca com cria a NCr\$ 229,00.

O Triângulo Mineiro pagou melhor os bezerrinhos, NCr\$ 79,00.

A Zona da Mata paga melhor preço pelos bezerrinhos — a 81 cruzeiros novos; as novilhas de dois a três anos, a 167 cruzeiros novos.

Na parte do leite, então, a coisa está indo de tal maneira que a impressão é que, até mais um mês e meio, Brasília terá filas de leite. Quem comprava cinco litros de leite, como eu, passará a comprar apenas um, para não haver reclamação na fila, para não dizerem que é privilégio de Fulano. Só se distribuirá em certos lugares — em vários — um litro de leite para cada pessoa que vai comprar. Tanto que eu já me dispus a trazer duas vacas para a minha mansão para não faltar leite.

Confirmando o seu depoimento, antes que outro continue a fazer as perguntas, queria falar sobre o problema de frente porque há diferença entre o ferroviário e o marítimo.

O SR. DEPUTADO BELMIRO MACIEL DE BARROS — V. Exa. me permite? Querida mostrar umas taxas que são cobradas pelos serviços da Bacia do Prata, que é muito interessante trazer ao nosso conhecimento.

Esse frete tem na sua cobrança o seguinte: 8% de previdência marítima, 10% de previdência portuária, 15% de comissão da Marinha Mercante; NCr\$ 20,00 de fiscalização aduaneira e NCr\$ 30,00 de construção de embarcadouro.

Nesses portos, toda embarcação que chega paga essa taxa de 30 cruzeiros novos. Somar esses dois cruzeiros para calcular o preço quanto acrescia. So a fiscalização aduaneira e a construção de embarcadouro acrescia no frete NCr\$ 140.

Seria um grande negócio construir vários portos e cobrar durante 40 anos todo o gado embarcado.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, queria, antes de passar o microfone, ouvir o responsável pela Cooperativa de Crédito.

Perguntaria: a Cooperativa de Crédito, qual o prazo geral, se ela recebe o financiamento de quem, do Banco Central, ou é uma Cooperativa local?

O SR. PAULO RODRIGUES LEITE — É Cooperativa local, com depósitos seus, da praça.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — É naturalmente o Banco Central, naquele jogo da rede bancária, tem facilitado o crédito a pecuarista produtor?

O SR. PAULO RODRIGUES LEITE — Só pelos Bancos oficiais. A Cooperativa é estritamente uma entidade particular, de 1.200 associados e faz os empréstimos a cada um, desde que solicitado.

Apenas não tem obrigatoriedade, como os bancos particulares, de depósito compulsório à ordem do Banco Central, aplica "in totum" a sua disponibilidade financeira em favor dos cooperados.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — São os prazos longos?

O SR. PAULO RODRIGUES LEITE — Não temos ainda condições para fazer empréstimos específicos a longo prazo. Tentamos canalizar dos bancos que não gozam de benefício da circular do Banco Central, com relação aos 10% do depósito compulsório, tentamos canalizá-los por intermédio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, do qual fazemos parte também como acionistas e por força de lei. Assim, teríamos condições de fazer empréstimos grandes a longo prazo, no sentido de melhoramento, de aquisição de reprodutores, de matrizes, assessoreados que seriam pela ACAMARTE, composta de engenheiros agrônomos.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Existiria um plano de fomento?

O SR. PAULO RODRIGUES LEITE — Estudariamos o plano e serviríamos com menos burocracia que o Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Obtiveram resultado as tentativas?

O SR. PAULO RODRIGUES LEITE — Uma andorinha só não faz verão. Tentamos em São Paulo, mas fomos encaminhados para o Rio.

Ainda não pudemos ir àquela cidade, para tentarmos junto ao major-chefe do setor cooperativo do Banco Central.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Perguntaria mais ao depoente: geralmente dão os empréstimos médios da Cooperativa de Crédito atendimento só de urgência?

O SR. PAULO RODRIGUES LEITE — Apenas de urgência. Ordinariamente os de urgência.

O SR. DR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Apenas de urgência máxima de 90 dias.

O SR. DR. PAULO RODRIGUES LEITE — Evitando-se que os cooperados caiam na agiotagem.

O SR. DR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Exatamente.

O SR. DR. PAULO RODRIGUES LEITE — Tivemos em Caixa um verdadeiro levante das fazendeiros de Araguaçu, que reclamam pela absoluta falta de crédito e quase todos eles, os pequenos fazendeiros, pequenos produtores estavam empenhados na agiotagem mais terrível naquela área, com juros extorsivos naquela região.

O SR. DR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — A nossa foi fundada numa crise forte de 1956-1957, no auge da crise e, infelizmente, vem atenden-

do muito bem, tem muitas pessoas depositando seu dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tenho a honra de dizer ao Dr. Paulo Rodrigues Leite que foi enorme a satisfação de vê-lo entre nós. É o Presidente da Cooperativa de Crédito, catalogada entre as primeiras do Brasil, trabalhando com uma taxa de 1,60, 1,70% ao mês e atendendo a todos os cooperados que nos procuraram.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Agradeço ao Sr. Dr. Paulo Rodrigues Leite, Presidente da Cooperativa de Crédito do Pantanal de Mato Grosso, inclusive o nosso aplauso, para que continue nesse trato de eliminar o Sindicato Rural de Corumbá, manter essa luta, porque a impressão que nós temos é de que até o final dos nossos trabalhos, cada dia que passa a coisa fica mais complexa, e nós não teremos tempo para vencer o prazo, para fazer um trabalho bem feito. Tanto que estamos deixando alguns depoimentos, de certos figurões da República, para o fim, para termos mais dados objetivos. Inclusive, já vamos marchar, na próxima jornada, na Bahia, com gravador. Porque é preciso que fique gravado o que é dito lá fora. O que é feito aqui, temos gravação, temos as notas técnicas; e é preciso que depoimento dos mais importantes, de líderes rurais, fazendeiros, possam ser a maior força das conclusões do Relatório que iremos fazer e que a Comissão deverá julgar, ao fim dos nossos trabalhos.

Sr. Presidente, considero-me satisfeito e coloco como ponto vital a convocação do Sr. Sebastião da Silva Maia, inclusive sua presença aqui, a partir do mês de agosto, e tanto quanto possível, na mesma tarde, a presença aqui do Sr. Enaldo Cravo Peixoto, Presidente da SUNAB. Vamos jogá-los frente à frente. Eles se encontrarão, aqui, me parece, como bons amigos...

Sr. Presidente, dou-me por satisfeito e quero agradecer ao Dr. Belmiro Maciel de Barros sua vinda, inclusive pedir, mesmo, que tão logo o Pantanal ofereça condições a visita de maior profundidade, nosso Presidente será naturalmente o anfitrião de nossa ida e coordenará as visitas que Mato Grosso deve merecer desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — Sr. Presidente, a crise de proteína animal no Brasil, para não falar na da vegetação, é de todos conhecida. Estamos atravessando período que não vem de 1964 — é muito anterior — quando as reclamações eram generalizadas. Reclamavam os industriais, os agricultores, os trabalhadores, os operários das cidades, os comerciantes, os comerciantes, todos reclamavam. Estamos dentro de uma crise nacional, continental, internacional. A crise é generalizada. E muitas vezes nos perdemos em debates verdadeiramente inúteis, quando está aí uma realidade a nos desafiar.

Depois da exposição que foi feita, nós não vamos perguntar se um boi criado no Pantanal chegaria a Araguaçu pagando menos frete do que paga hoje, porque a tendência é aumentar-se o custo dos transportes pelo aumento dos combustíveis, etc. etc, etc.

Pergunta a produtor porque está vendendo o boi em pé por um preço mais reduzido, enquanto que o consumidor compra a carne do apouque por um preço, que é majorado em relação ao anterior, ou permanece o mesmo.

Quanto à questão dos tratores, na verdade lures de 1% são suportáveis.

Eu não sei onde é que se poderia vender um trator, a prestação, num

prazo de cinco anos, cobrando-se menos de 1%, como o que é feito hoje.

O que se pergunta é se o agricultor brasileiro está capacitado para comprar esse trator por esse preço, porque, na fábrica, a mão de obra exige, os impostos são altíssimos, enfim, o que se envia para o estrangeiro, para que se possa fabricar o trator, no Brasil, é alguma coisa de absurdo.

E a pergunta volta: está o agricultor brasileiro, na sua generalidade, capacitado para mecanizar a sua lavoura, comprando o trator pelo preço que lhe é exigido?

O que discuto mais é sobre a capacidade de compra do agricultor brasileiro. Quase que não se discute sobre o preço do trator.

Estamos procurando ser objetivos, para ver se situamos o problema. Há Estados, no Brasil, onde estão sendo usados os mais modernos métodos para a criação de gado e a exploração da terra, mas os tributos, neste País, são altíssimos. E há um tributo que é mais alto do que todos os outros tributos: o tributo representado pelo atravessador.

Então, nós ainda não nos organizamos; somos um grupo desorganizado.

E não falo em organização em bases cooperativistas porque ainda não há cooperativismo no Brasil. Nem a cooperativa de Cotia é Cooperativa. É uma organização com fins de lucro, em que o indivíduo que tenha 5 cotas vale pelas 5 cotas que tem, e quem tem uma cota vale por uma cota que tem. Com isso, pode ser tudo, menos cooperativismo, menos cooperativismo. Mas, é uma organização que é um exemplo para aqueles que produzem; está indicando o grupo nipo-brasileiro ao produtor brasileiro como é que se deve organizar para sobreviver, eliminando tanto quanto possível a figura do atravessador, a figura do denominado intermediário. Segundo essa exposição, aquele exemplo dado, ganha um homem que vendendo ao consumidor, num apouque pequeno, sem base de capital, quase sem responsabilidade nenhuma, cortando dois bois, tanto quanto aquele criador que colhe seiscentos cruzeros. Quer dizer, isto é mais do que impressionante. Isto é alguma coisa dantesca, que ninguém pode entender e que todos entendem, mas não há uma maneira de se coibir ou não.

A questão dos frigoríficos já frizei, sou partidário da nacionalização dos frigoríficos. Até os nossos papas acham que, em certas e determinadas condições, para proteção da coletividade, certas e determinadas indústrias e certos setores devem ser nacionalizados no bom sentido.

Agora, a extinção da Sunab. Extinção ou transformação? Deve haver um órgão coordenador, pois há em todo o mundo. Estou percorrendo o mundo todo por 4 ou 5 vezes.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Permite o nobre Senador uma intervenção?

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — Com prazer.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Senador, tivemos a Cofap, tivemos a C.C.P. Hoje, temos a Sunab. Isso é como um câncer. Eu quero crer que o tumor tenha que ser extirpado sem deixar a possibilidade de ficar uma raizinha, pois surgirá outro com outro nome semelhante, que não auxilia a produção, não coopera com a produção e, principalmente, hoje, vem só ajudando os atravessadores.

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — Por isso mesmo é que um órgão deve existir. Isso é como o órgão da democracia. Não funciona mal? Então acabemos com a democracia e vamos para a ditadura. É uma questão dos homens que devem realmente levar a sério o sistema cooperativista brasileiro.

Todos aqueles, com raríssimas exceções que iniciaram este movimento, em diversos setores, falharam e desmoralizaram um dos mais velhos sistemas do mundo, que foi a salvação da Suécia e está sendo a salvação de muitos povos.

O que os Estados pagariam pelo grande exército de fiscais seria muitas vezes superior ao que recebem do ICM.

É uma lei universal; toda vez que o imposto é extorsivo para sobrevivência da classe existe a evasão da renda.

Queira-se ou não é aquele tipo de sonegação, que é a sonegação sobre a sobrevivência, não estou defendendo, estou dizendo o que há, de fato, em todos os países do mundo.

Estudo da baixa rentabilidade da pecuária do Brasil.

Esse estudo tem sido feito à saciedade. Qualquer um sabe dos motivos da baixa rentabilidade da pecuária do Brasil. A partir da aftosa, da brucelose, particularmente, que é responsável pela perda de uma quantidade imensa de bezerros. Calculou-se numa época, em 51% os abortos, as perdas de bezerros.

O SR. DR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Sabe V. Exa. qual a percentagem da brucelose?

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — Agora não!

O SR. DR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — 16%. E da aftosa, 50%.

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — A outra parte é a questão do cobalto — há pobreza do solo em nitrogênio, em azoto. O que comemos, o boi come, e, muitas vezes, comemos carne e continuamos com deficiência de proteínas, porque estamos comendo o que o boi come. E o que o boi come não é o que deveria comer. Então, vamos comprar cobalto e cálcio, e mais aquilo e aquilo e o nerals que temos que dar, nem os medicamentos, nem a mão-de-obra.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Necessitava de estudo...

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — Quando eu ouço dizer que o pantanal pode, dentro de seis anos, multiplicar, redobrar o rebanho em seis anos, fico com curiosidade saber, o que a gente mais ou menos sabe. Mas a explicação dada de uma propriedade com 3.600 mil alqueires goianos — 18.000 hectares dá mais ou menos isso, 3.600 alqueires goianos — cria menos de uma cabeça de gado por cinco hectares, cria uma cabeça de gado por seis hectares.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Mas o Senhor deve considerar que são três estações.

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — Não estou discutindo isso estou discutindo o fato de uma propriedade de 18.000 hectares cria menos de uma cabeça de gado por um alqueire goiano ou a cabeça de gado, em seis hectares. Quer dizer, é um dos mais baixos índices de produtividade do Brasil. Como multiplicá-los? Se sedzi que isto é porque há três estações e tem que se mudar daqui para acolá, dacolá para cá...

O SR. PRESIDENTE — (Senador Fernando Corrêa) — Falta de financiamento para fazer cerca que custa uma fortuna, porque, se passar dentro daquele mesmo pantanal, tenho experiência na minha propriedade, dividido bem...

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — A pasto, naquela região onde, numa certa época do ano, segundo os mato-grossenses tem dito, tem que ser subdividido, senão não pode criar.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — O pantanal, sem sais minerais sem máquinas adequadas, produz 40%, com pequenas práticas como seja maiores subdivisões, sal mineralizado, touro em idade de tra-

balho, essa percentagem sobe muito. Há casa, por exemplo, em Corumbá, de fazendeiros que hoje conseguem 62% de bezerras com pequenas práticas, há um aumento de 22%.

Há falta de educação, de assistência técnica para orientar o fazendeiro, o retrogrado, mostrar o exemplo do vizinho — santo de casa não faz milagre — Gasta-se, eu gasto muito, estou indviduado como quase todo pecuarista, porque quero o aproveitamento melhor do meu rebanho, faço subdivisão separando pasto, escolho touros bons, procurando abater o boi com a menor idade possível. Estou abatedor com dois anos e meio.

Lá, no pantanal, há possibilidade de aumento da produção com orientação técnica mas se a gente vai falar isso ao fazendeiro que se contenta com 40% — santo de casa não faz milagre.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Respondeu o Ministério da Agricultura que tinhamos, há pouco tempo, há cerca de 10 anos, 75 milhões de cabeças de gado. Hoje estamos com cerca de 95 milhões. Por quê? Informa que não exportamos. Mas a impressão que temos é de que o povo está apartando o cinco e comprando menos. O rebanho bovino aumentou porque o poder de compra do povo diminuiu.

Então, verificamos que o problema se entrelaça.

Que se pleiteia?
— Sei que não está impaciente, mas habituando-me a ser subdesenvolvido. A característica principal do subdesenvolvido é a impaciência; o subdesenvolvido tem prego, caco-de-vidro no lugar onde está sentado, tem coice, então, fico louco para terminar qualquer debate em torno do assunto importantíssimo... Quando se vai à Inglaterra e se senta para uma reunião, a impressão que se tem é de que a reunião não termina mais. Mas não termina enquanto não se chegar a explicações de tal natureza que todos saiam ou esclarecidos ou satisfeitos.

Não estou criticando a Comissão. Esta Comissão procura levar a sério o problema — creio ou — para, no final de tudo, apresentar a média das observações feitas em diversas regiões do Brasil, a fim de que nosso Governo possa tomar providências.

Estamos exigindo do Governo — e fala o Líder da Oposição no Senado, mas temos que reconhecer um fato, que é impressionante: o nosso Orçamento se apresenta com um déficit de mais de um trilhão de cruzeiros e afirmou-se que o déficit de Caixa deste ano é de um trilhão de cruzeiros novos.

Os orçamentos mais cortados em 1968 foram: Orçamento da Educação e, ao lado deles, o Orçamento da Agricultura, bem como o da Saúde.

Temos que levar em conta a pulverização das verbas do Ministério. Iniciou-se um trabalho que estava merecendo todos os nossos louvores, partido do Rio Grande do Sul, visando a exportação de gado. Ali se iniciou um trabalho de inseminação artificial para evitar que, através de doenças venéreas no gado bovino e ovino, ocorressem perdas. Aí foi o problema da erradicação da aftosa e da brucelose.

Infelizmente, o Congresso Nacional pulverizou de tal maneira as verbas destinadas a esse trabalho, que não pôde continuar ou não poderá continuar a ser feito como deveria.

Os Srs. que votam em nós, estudam esse problema, porque é muito interessante, interessantíssimo.

Em síntese: melhoramento de pastagens; compra de minerais — que custam — de reprodutores — Ai estão as exposições. Vim de 3 ou 4 exposições impressionantes: quase não conta, o que está exposto.

E os bancos oferecem financiamento e o agricultor não está com coragem de tomar o empréstimo. — Isso é a

coisa mais importante e mais significativa que eu já senti — porque ele sabe que não vai poder pagar.

Ao lado disso, está aqui: produção de leite no Brasil. Dez milhões de vacas produzindo leite no Brasil. É o último cálculo. Nenhuma delas produz um litro de leite. Uma pela outra, dá 7/10 de litro. Então, o Governo está procurando importar, e já está importando leite em pó, com medo da revolução social nas cidades, nas grandes capitais, nas grandes aglomerações humanas. E escolheu para sacrificar, no Brasil — coisa que já vem de muitos anos, de muitos anos, é preciso explicar aqui — o homem que trabalha na terra. Porque, diz o Governo, não tem organização para reagir.

Mas a impressão que eu tenho é de que a vacinha já está ficando sem leite, porque não está nutrida. E, daqui a pouco, não haverá nem vaca, nem leite, e o que se pretende evitar não se evitará. Porque o mundo rural continua sofrendo as consequências de todas as experiências.

Então, estamos aí, nessa situação.

Um orçamento desta natureza, muitos querem fazer mas não podem fazer e muitos podem fazer e não querem fazer. Então, este grupo deve ser o mais criticado. A impressão que tenho é de que precisa haver uma organização que esta Comissão está provocando, para uma ação indistinta, sem se pensar em termos de Oposição e de Governo, para se chegar a uma conclusão, sugerindo-se alguma coisa que venha ao encontro das necessidades do povo brasileiro. Tem-se dito que estou defendendo os pequisistas e os agricultores. — Não, estou defendendo o povo brasileiro porque, se não houver organização no mundo agrícola brasileiro, em última instância quem vai sofrer é o povo brasileiro.

Quero congratular-me com a Comissão por este trabalho. O problema é muito mais profundo. É tão profundo que só agora estamos entendendo e não sabemos e o Governo está. Ferremos — termino aqui — o mercado para a venda de reprodutores de zebu para toda a África. Sabem por quê? Abriu-se a porta no Senegal — dois milhões de cabeças de gado igual àquele do Pantanal que vem de Cabo Verde e existe na África ainda em grande quantidade. Então, o senegalês — cuja cúpula dirigente é sumamente instruída porque toda ela é formada na "Sorbonne", com grande experiência e com estudos especializados na Europa — vieram ao Brasil e compraram um rebanho de "Guzera". Contaram as tetas das novilhas, fizeram estudo da carne. Quando a partida de "Guzera" chegou lá no Senegal, chegou coberta de berne e de carapato e, até na contagem das tetas, não houve coincidência.

Esse grupo de reprodutores e matrizes passou quatro meses em tratamento em Dacar: Eles, lá, desconhecem o berne e o carapato — dizem que não existem lá no Senegal.

O gado que foi não foi o gado contratado. As vacas estão dando 1,5 a 2 litros de leite por dia, menos que as vacas que eles têm lá. Então fecharam as portas para nós, e as portas da África também foram fechadas.

Vendemos uma partida de arroz — a base da alimentação deles é o arroz. Então, abrimos as portas da África para o nosso arroz. Então eles muito ligados ao Brasil, porque no Brasil Brasil que o braço negro serviu muito não há perseguição aos negros, e o para o seu desenvolvimento. Então eles têm uma simpatia comovendo para com o Brasil.

Pois muito bem, como havia uma cláusula estovada com a documentação — em que se admitia até 10% de impurezas nas partidas de arroz vendidas ao Senegal, nosso exporta-

dor, então, calculou, sobre as toneladas de arroz vendidas, quanto correspondia a essas 10%. E encheu de impurezas 10% da sacaria. Não teve nem inteligência.

Esse arroz chegou ao Senegal. Os senegaleses passaram meses discutindo são pretos, mas inteligentes, e são gente também — discutindo, discutindo. Afinal, quando houve o acordo, já tínhamos perdido metade de arroz que lá se encontrava e todo o mercado senegalês.

Fomos, eu e o nobre Senador José Feliciano, até aquela discussão da Interparlamentar "Ouvrimes Iss", de um rapaz, muito curioso, da nossa Embaixada. Fomos ao representante da Embaixada do Senegal, que aliás, esteve aqui, e dissemos: "Senhores Senadores da República, é o Senado do Brasil está interessado neste problema quer apurar tudo isso, e, para princípio de conversa, os Senhores estão coberto de razão. Vamos levar tudo isso para o nosso País para que jamais se reproduza fato semelhante. Confie em nós. Desejamos que continuem comprando o nosso arroz."

O fato aconteceu lá em outros países, constituindo objeto de uma série de discursos que estou fazendo no Senado.

Então, está aqui um dos motivos por que estamos nesta situação. Mas, Sr. Presidente, peço desculpas a todos por me haver detornado neste aspecto da questão, que julgava de importância capital para o Brasil, para a sobrevivência das liberdades brasileiras. A solução do problema de alimentação do nosso povo, na minha opinião, é esta a maior ameaça que temos de enfrentar, no momento.

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Quero acrescentar as palavras do Sr. Senador Aurélio Vianna, diante da crise, o problema do desemprego em nossa região é impressionante o número de pessoas que chegam diariamente em minha casa procurando para trabalhar a troca de comida. E os fazendeiros têm feito uma redução maior, enorme, no número de seus empregados justamente por causa da crise. Eu mesmo, que sempre tive na fazenda 150 empregados, hoje estou reduzido a 32 ou 33, porque não temos condições de pagar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador Péricles Pedro.

O SR. SENADOR PÉRICLES PEDRO — Sr. Presidente, tendo em vista as considerações feitas pelo Sr. Senador Aurélio Vianna, eu gostaria aqui de reproduzir um quadro que nos leva a concluir que o nosso entrevistado tem toda razão quando afirma que a situação da economia pecuária é de calamidade.

Durante o triênio 1966-1968 nós tivemos aqui um decréscimo no preço do boi, na orde inde 10%. Fiz essa comparação, então, com o veícuo que é muito útil ao pecuarista, que é a camioneta. A camioneta aumentou 50%. Com o imposto mais de 1.000%. No frete, 200%. Então, tem razão em dizer que a situação é de calamidade.

Com referência à questão de Mato Grosso, especialmente, gostaríamos de ter alguns esclarecimentos. Quais são as condições de Mato Grosso sobre pastagens?

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Quero dizer que, em Mato Grosso, ou melhor, em Corumbá, que é o município dos dois dependentes, eles estão começando a fazer invernadas. Eu conheço pessoalmente a propriedade do Dr. Belmiro. Ele está derrubando as matas da fazenda Urucum e fazendo invernadas. Mas Corumbá, que foi o município que ele citou, tem apenas 10% de boi gordo. Ao passo que em Campo Grande, e em todos os municípios ao redor de Campo Grande,

todas as invernadas estão lá e temos capacidade para engordar mais de 200 mil bois. Mais, 300 talvez. No Frigorífico de Campo Grande matam-se 100 mil bois.

O SR. BELMIRO MACIEL BARROS — No Pantanal nós temos uma área enorme de pasto que não é aproveitada.

Temos o capim carona que é um capim característico daquela zona, é um "barão de bode" melhorado.

Esses caronais alguns fazendeiros estão procurando transformar em pastagens facilmente mecanizadas. A pangora ainda é um capim do Pantanal.

Domíngio passado fiz uma experiência, e deixei para ver depois da prova de pisoteio. Não tenho a prova de pisoteio ainda, mas formou muito bem.

Essas áreas dos caronais em Corumbá devem compreender uns 15% da área; esse é facilmente mecanizado e transformado em pangora. Tenho gradeado com trator CBT uns oito hectares por dia. Com um tratorista e mais quatro homens plantando, tenho plantado 4 hectares por dia.

Tenho plantado 4 hectares por dia, e esse capim "caronais" pode ser transformado em "pangora"; quer dizer, não será com grande capacidade de pisoteio.

O "pangora" custa muito a fixar e, agora, com essa experiência do "braquiara", não posso ainda afirmar nada, porque não tenho a prova.

O "napie" é um capim mais de corte e, em certas áreas, requer terras férteis. O "pangora" e o "napie" em terra fértil, com recurso, são de uma capacidade que talvez não tenhamos em outro capim.

O capim "braquiara" é bem sucedido lá. Acredito que será a revolução no pantanal. Esse capim cresce a uma boa altura. É australiano e foi introduzido no Brasil através do Instituto de Belém do Pará, onde conseguimos essas mudas que temos. É capim muito resistente à seca. A folha é um pouco mais larga. Vai muito bem em solo fraco e muito resistente em solo seco.

O SR. SENADOR PÉRICLES PEDRO — V. S. tem conhecimento da rentabilidade média da produção de ato Grosso?

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Mato Grosso talvez não atinja a 8%. Se não me falha a memória, no quinquênio de 60 a 65 foi de 11%.

O SR. SENADOR PÉRICLES PEDRO — Acho que esta Comissão tem o dever de discutir problemas e procurar uma solução, uma conclusão naturalmente para cada Estado. Gostaria de ouvir mais alguma coisa referente a Mato Grosso.

Quais as condições das estradas de Mato Grosso, vamos dizer, São Paulo e Rio de Janeiro?

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Corumbá é ilhada, não temos estrada de rodagem, e não ser uma de oitenta quilômetros; construída pelo Senador aqui a meu lado. Fora disso, não temos outra estrada de rodagem, de centro consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — O Ministro Mário Andreazza quando esteve lá, com uma Comissão de Senadores, prometeu a construção da estrada e o Senador Bezerra Neto, presidente da Comissão interpusera uma verba, no Plano Trienal para construção da estrada Vitória-Corumbá.

Antigamente houve uma discussão sobre se a estrada Corumbá devia ser paralela à Estrada de Ferro que vai até Corumbá ou se devia vir pelo espigão do rio Taquari atingindo à rodovia que vai de Campo Grande a Cuiabá, mais ou menos entre Corumbá e Rio Verde. Perdeu-se muito tempo nesta discussão mas, atualmente, o Senador Bezerra Neto e eu no Pla-

no Trienal, tiramos verbas de outras estradas, fizemos um barulho danado, conseguimos que fosse aprovado. Solicitei ao Ministro Andreazza, quando foi a Corumbá, que desse a palavra de que lá realmente construir essa estrada.

O SR. SENADOR PERICLES PEDRO — Quantos postos de assistência do Ministério da Agricultura existem em Mato Grosso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Temos a fazenda experimental e os postos agropecuário. Existe um que funcionou muito bem. O que acontece com esses postos do Ministério da Agricultura é que não há manutenção, não há assistência alguma do Ministério.

O SR. SENADOR BEZERRA NETO — (Inaudível.)

O SR. SENADOR PERICLES PEDRO — Qual a região adequada, em Mato Grosso, para construção de um grande frigorífico?

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Corumbá tem condições. Inclusive está interessado.

O SR. SENADOR PERICLES PEDRO — No meu entender e concluindo o debate, a construção de um frigorífico em Mato Grosso seria conveniente, bem como o reequipamento dos postos do Ministério da Agricultura, a fim de darem assistência ao produtor.

(Inaudível)

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Iniciativa Privada, isso seria em conclusão a tudo, com experiência como essa que se está fazendo com a bragueada, como já tivemos com a grama castela grandes áreas foram plantadas e um fracasso total — grama muito bonita e o gado acabou.

Isso compete ao Ministério da Agricultura, experimentar e nos orientar qual seria o capim adequado a essa ou àquela região.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Houve um fornecimento de muda; está assim uma maravilha, vão experimentar no pisotelo para ver se existe o que se está fazendo em Mato Grosso. Mas, é um negócio.

O SR. SENADOR PERICLES PEDRO (Incompreensível).

O SR. BELMIRO MACIEL DE BARROS — Sobre a situação da pastagem, queria informar aos Srs. que estamos conseguindo a implantação de um projeto com orientação técnica da Universidade de Viçosa, acordo firmado entre a Secretaria de Agricultura, Sindicato Rural e o financiamento pelo BNDE. Temos aprovação dessa verba e esperamos somente a execução por essa equipe lá de Viçosa — seja um projeto para experimentação agrostológica do Pantanal.

Será implantada em Corumbá, mas servir para toda a região do Pantanal. Solo, clima são mais ou menos semelhantes. Apesar de tão vasta região, essa experiência de Corumbá servirá para toda a região do Pantanal.

Além disso, o auxílio técnico, que o Senador muito bem frisou ali, com a implantação do Banco Mundial — primeiro lá na região cristória, e não em Aracatuba, que é zona de engorda.

Parece-me que seria sugestão muito interessante desta Comissão. Porque lá é que produz, lá é a fábrica do boi. Por que que esse projeto vai iniciar em Aracatuba, uma zona que é conhecida essencialmente como zona de engorda e produção de gado leiteiro? Esse projeto do Banco Mundial devia partir de lá, não é doutor? O que é que o senhor acha? A opinião do senhor. Quería ouvir a opinião do senhor.

O SR. JORGE NOVA DA COSTA (Assessor da Comissão) — Isto é muito acertado, porque uma das medidas, justamente, para engordar, todos sabemos que encarece tanto o produto e não filtra do produtor ao nível do consumidor ao justo preço,

é a diminuição da criação, diminuindo e fazendo com que o pecuarista faça seu produto alcançando peso desta carne a curto prazo.

Naturalmente, temos que fazer os ajustamentos para nossas condições. Não temos excedentes de cereais, como a França que com um ano e dois meses coloca um boi pesando 300 quilos, 400 quilos. E há uma controvérsia no mundo pelo fato de se utilizar tanto cereal na alimentação do gado para a transformação em proteína. Nós vamos alcançar uma época em que a carne será vendida no mercado de grande produtor diminuindo o custo da administração, os custos operacionais. Estas medidas estão bem diagnosticadas e acho que falo como técnico, como assessor da Comissão e vejo nisto uma integração da Região Centro Oeste. Observemos o Convênio com o BID. O Sr. Relator terá algum pronunciamento a fazer com respeito à constituição deste acordo que já nos pesa bastante como contribuição de quase cento e trinta mil dólares antes de ser levantado. É um erro de organização.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — O BID já pôs a cota à disposição do País e o Brasil não entrou com a cota em cruzeiros. De maneira que estamos já com a despesa. Enquanto o País não cumprir o que assinou com o BID, estamos enfrentando uma situação que é profundamente melancólica para nós.

Aliás, tenho notado aqui, não sei e não sairá nenhum projeto financiado pelo "BIRD" enquanto o Brasil não entrar com a sua parte em cruzeiros.

O SR. SENADOR PERICLES PEDRO — Acrescento que a 1.ª cláusula do contrato desse convênio com o "BIRD" prevê a extinção da "SUNAB", sem o que, nada feito.

O SR. JORGE NOVA DA COSTA (Assessor) — Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito com essa explanação, que entendo haver sido muito proveitosa para a Comissão, e me congratulo com o Dr. Belmiro Maciel de Barros pela sua bela exposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Eu quero informar à Comissão que recebi do Dr. Dix-Huit Rozado, Presidente do "INDA", a relação dos lotes arrolados, que somam um total de 4.677, dos quais já foram outorgadas 2.300 escrituras; lotes rurais em preparação já são 1.400; escritura de lotes urbanos 131; e processos em preparação representam 800, perfazendo um total de 4.897.

No meu Governo, em Mato Grosso dei gratuitamente muitos lotes mas me parece que, pela legislação atual — e não culpo o "INDA" — este instituto é obrigado a vender por um preço razoável.

Recebi, também, um telegrama muito desvanecedor para toda a Comissão, do Dr. Armando Salgado Mascarenhas, Secretário de Economia da Guanabara — e que prestou um depoimento nesta Comissão — em que S. Exa. agradece aos parlamentares a fidalga acolhida que recebeu e informando ainda que S. Exa. levou a melhor das impressões dos nossos trabalhos.

Quero declarar que pedi àqueles pecuaristas desesperados, lá de Uberaba, que me enviassem elementos, porque estou preparando um projeto de lei que concederá isenção do ICM para o produtor, para tratores e máquinas. Tão logo os tenha em mãos, estarei em condições de apresentar o projeto.

Antes do encerrar os nossos trabalhos, desejo consignar que o expositor, Dr. Belmiro Maciel de Barros, é um homem prático, não veio fazer aqui, literatura. Falou a lin-

guagem chã do cabloco que pega no arado, amanha a terra pessoalmente. Um grande criador de Mato Grosso, um agricultor, um homem dedicado, também, à defesa dos interesses da sua classe. No Brasil sabemos, cada um defende o que é seu à sua maneira, poucos são os que têm espírito de coletividade, da sociedade. O Dr. Belmiro Maciel de Barros é um desses homens, há muito cuidando da Cooperativa, da sua fazenda. Quando fomos a Mato Grosso, tenho a certeza de que nos oferecerá um churrasco, que tão bem sabe preparar. É mais uma de suas qualidades. (Risos). Verão todos o que esse homem faz naquela terra seca.

Felicitó-o, Dr. Belmiro Maciel de Barros, em nome da Comissão, e me sinto feliz em ter um mato-grossense dessa cepa. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

ATA DA ATA DA 20ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 1968.

Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Havendo número legal declarado aberta a sessão, para ouvirmos o dr. Ciro Amaral Alcântara, Diretor do Frigorífico de Campo Grande, FRIGOESTE, que sucedeu ao FRIMA, Frigorífico Matogrossense, depois de uma crise na direção, uma crise administrativa mais que de outra forma, e que vem aqui expor, a convite nosso, a situação do mercado de carne, do mercado bovino das lonjuras de Mato Grosso.

Desse modo passo, com muito prazer, a palavra ao nosso ilustre depoente que é um homem de gabarito bastante para ajudar, com seus conhecimentos, a resolvermos essa crise pela qual passam a pecuária e a agricultura nacionais. Com a palavra S. Sa.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Sr. Presidente. Srs. Senadores e Srs. Deputados, quero primeiramente agradecer à amabilidade do convite e as palavras tão amáveis a mim dirigidas. Mas desejo ressaltar que sou apenas um simples advogado que, num momento de dificuldade, no FRIGOESTE, fui chamado, como profissional e requeri uma concordata que, felizmente, pôde ser retirada graças ao apoio recebido da parte de todos os pecuaristas de Mato Grosso.

Mas, como advogado, figurei na administração da entidade que foi criada para suceder ao FRIMA e posso prestar informações à Comissão a respeito da técnica administrativa empregada lá. Não sou especialista como o é o Sr. Senador Atílio Fontana, mas dada a continuidade dos fatos no frigorífico pude me integrar o bastante para transmitir alguma coisa aproveitável à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — É muito interessante o ângulo em que V. Sa. coloca o seu depoimento porque precisamos ver o problema através de suas diversas faces. Sobre o processo industrial, mercado de consumo já tivemos vários depoimentos. Queremos ouvir V. Sa. justamente sobre essa nova face, que acho de real importância para o presente e de extrema importância para o futuro.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Muito bem! Nós encontramos um frigorífico muito bem instalado, para os padrões sulamericanos, o Frigorífico Ma-

togrossense é acima da média. Está até superdimensionado. Existe um certo desperdício de construção que, eventualmente poderá ser aproveitado no futuro. Mas, em termos sulamericanos, o frigorífico está efetivamente bem instalado e foi muito bem planejado.

Conta com túneis de refrigeração perfeitos, magníficos, com capacidade de refrigerar em 8 horas a 20 graus abaixo de zero. O frigorífico conta com 70 e poucos vagões da Estrada de Ferro Noroeste. Temos, enfim, condições excepcionais para o abate e industrialização de carne que se pudesse imaginar em matéria adnancero. Quanto encontramos o frigorífico, havia cerca de 500 empregados para abater 200 e poucos animais por dia. Quer dizer, havia uma capacidade ociosa imensa, totalmente fora de tudo que se pudesse imaginar em matéria administrativa.

Dentro de todas as dificuldades possíveis de se imaginar, hoje, já estamos com uma média de abate de 350 animais por dia e reduzimos o pessoal para 200 e poucos empregados. Não atingimos ainda, o ponto ideal de eficiência administrativa, mas já eliminamos uma série enorme de vícios e de erros e, hoje, conseguimos quebrar o tabu que havia em São Paulo no tocante à carne de Mato Grosso que era tida e havida como de segunda. Era vendida a preço inferior à carne de produção do Estado. Hoje, temos absoluta igualdade de condições. A carne chega em São Paulo perfeitamente conservada, com aspecto muito bom, sem qualquer desmerecimento e é vendida em igualdade de condições com a carne produzida no Estado de São Paulo.

Mas, esperamos conseguir uma eficiência administrativa bem aproximada do ideal, nós chegamos, depois de um ano de trabalho, à conclusão de que a indústria não suporta mais a carga fiscal que pesa sobre ela. Hoje, existe concorrência da SUNAB, que intervém no mercado de maneira desleal, em relação aos empresários particulares, porque compra pagando um preço alto e vende por um preço que, diante dos custos, só pode dar prejuízo. É impossível que a SUNAB possa continuar com essa política e acredito que se se fizer um balanço criterioso, vai apresentar prejuízo enorme. Embora o Frigorífico não esteja em condições ideais, administrativamente, nossa situação é razoável, porque procuramos diminuir bastante as despesas administrativas, as despesas operacionais e conseguimos uma certa eficiência. A margem de lucro que temos é mínima em relação ao capital aplicado e ao movimento financeiro que efetuamos, o que não permite qualquer vacilação. Se a administração da empresa cometer qualquer equívoco, por menor que seja, redundará num prejuízo sério.

De sorte que é preciso um controle efetivo diário e um estudo e contatos diários com os mercados para evitar desastre financeiro grave. Entretanto, a SUNAB continua comprando nas fontes de produção por preços que não podemos pagar e vende mais barato, faz a concorrência. Há uma vantagem que temos: é que a SUNAB não tem organização de vendas à altura e não é capaz de atender aos açougueiros e aos consumidores com grande eficiência. É o grande comprador, o açougueiro, o intermediário compra do nosso frigorífico, nos entrepostos, porque sabe que, na hora certa, a carne será entregue, certa que não tem com relação à carne da SUNAB. E então compra uma parte dos frigoríficos para atender imediatamente, por preço elevado e compra uma

parte da SUNAB, mais barato, para fazer média.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — A SUNAB opera por intermédio de que frigorífico?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Ela arrendou o frigorífico T. Maia. Estamos sabendo que não está pagando fretes à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e assim pode vender por preço inferior ao preço de compra, porque paga a 18 mil cruzeiros a arroba nas fontes de produção e vende pelas preços que está vendendo. Fatalmente terá prejuízo.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — O Frigorífico T. Maia tem frota de transporte para Guanabara?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Existe transporte para Guanabara. Não sei se a frota é dele pessoalmente.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — O Sr. não distribui carne na Guanabara?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Vendemos carne na Guanabara.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Tivemos notícia também de o T. Maia tem um monopólio de distribuição dessa carne da SUNAB na Guanabara.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Temos vendido na Guanabara exclusivamente a entidade pública. Temos entrado em concorrência com preços bons, de sorte que temos ganho algumas concorrências e vendemos...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Na rede de açougues de lá, tivemos notícia de que a organização T. Maia tem o monopólio de transportar a carne de Aracatuba que era distribuída...

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Ouvi dizer — não posso afirmar — que o Frigorífico Bordon também vende, também transporta e parece que tem uma rede de açougues ligado a eles.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Eu quero esclarecer que, sob a direção do Bordon, houve colapso financeiro do, hoje, FRIMA. (Inaudível).

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — O que eu sei que está arrendado à SUNAB é o do T. Maia.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Setenta milhões mensais.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Parece que a SUNAB paga ainda um «royalty» sobre o número de gado abatido.

(Aparte inaudível).

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Na fonte de produção, no último dia do mês de abril, nosso preço médio de compra foi da ordem de 17,97 por arroba, posta no frigorífico. Incluído, aí, o desconto do produtor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Creio que é melhor deixar o expositor acabar a sua palestra; depois, então, serão feitas as perguntas.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Verificamos que a indústria não suporta mais a carga tributária. O peso do I.C.M., para o frigorífico, além das obrigações fiscais e trabalhistas, hoje, carrega 90% do nosso lucro. Para V. Exas. terem uma idéia, no mês de abril, por exemplo, faturamos 2 bilhões, 209 milhões de cruzeiros, para um lucro aparente de 200 mil cruzeiros novos. Digo lucro aparente porque não estão computados aqui, os eventuais prejuízos que sempre são normais no recebimento,

principalmente prejuízos na carne vendida ao retalhista. E há uma taxa de risco inerente ao próprio negócio.

Verificamos, então, que o lucro não chega a 1% do movimento. Estamos pagando 15% de I.C.M. e 15% de obrigações trabalhistas, na ordem de 120 mil cruzeiros novos por mês.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — É descontado o imposto?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Esse I.C.M. é descontado na ocasião da compra, quando o frigorífico compra o animal quando o frigorífico compra o animal do produtor, somos obrigados a recolher, incontinenti, o I.C.M. E' descontado.

Quando se compra a prazo, o frigorífico adianta o dinheiro, paga o ICM imediatamente — porque o animal só pode sair da fonte de produção com o ICM pago por guia — de sorte que nós adiantamos o dinheiro, os 15% sobre o valor da compra, para que o fazendeiro então recebe, ou a promissória rural, ou aguarda o prazo comum, nosso, de pagamento, que é de 40 dias, sem juros.

Praticamente não se compra à vista, a não ser pequenas partidas, de parceiros pequenos que aparecem trazendo o seu gado. Mas é uma percentagem insignificante de compra.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — E a carne, o senhor paga imposto?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Uma vez transferida a carne para o frigorífico. Quando há diferença de preço, nós recolhemos, nós nos tributamos e recolhemos a diferença havida.

Para os senhores terem uma idéia, já recolhemos, nos 4 primeiros meses do ano, NCr\$ 1.102.652,82 de ICM. Hoje o Frigorífico representa para o Estado de Mato Grosso uma fonte de receita excepcional.

O capital de giro necessário para o pagamento do ICM antecipado significa NCr\$ 250.000,00 por mês, mais ou menos. Temos que pagar adiantado ao Governo para poder receber o produto.

Vale assinalar que o frigorífico hoje, é um simples agente arrecadador, aliás um grande agente arrecadador, porque o que carregamos para os cofres públicos, em dinheiro vivo, diariamente, é uma parcela substancial, tanto assim que pagamos NCr\$ 1.100.000,00 de ICM nos quatro primeiros meses.

A tese que estamos tentando demonstrar aos senhores é que a carga fiscal e tributária é imensa; a indústria não suporta tal carga, mesmo a indústria seja operada com toda eficiência administrativa. O que recolhemos ao INPS é também uma carga pesadíssima. O custo de pessoal é de NCr\$ 55.000,00, o que significa 3,30% do custo. Vejam os senhores que estamos com custos muito baixos, sendo que o custo obtido na câmara tem sido da ordem de NCr\$ 1,31 por quilo, colocado câmara, o que corresponde a 19,65 por arroba.

A vaca, porém, fica um pouco mais barato, ou seja, 1,10 por quilo, correspondendo a 16,53 por arroba.

Gastamos, com pessoal, 3%; com material, 0,66%; gastos gerais de administração, 4%; com matérias-primas, 91%; matérias secundárias, 0,56%.

Verificamos os Senhores Congressistas que a nossa despesa com pessoal e material está muito aquém da média normal das indústrias brasileiras. Estamos num nível de eficiência bem razoável, entretanto, um frigorífico bem dimensionado, com a sua despesa comprimida ao máximo, com todo o controle, estamos che-

gando à conclusão de que esta indústria não tem condições de subsistência.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Paga o fazendeiro imposto quando a SUNAB lhe compra o gado?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Em Mato Grosso, paga. O gado só pode sair da fazenda com o imposto pago; o gado só pode transitar com o imposto pago. No Estado de São Paulo, ao contrário, o ICM é cobrado no momento do abate.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Qual o peso médio do boi abatido?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — A média, nos quatro primeiros meses, tem sido de 240 quilos por macho; e 180 quilos por fêmea.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Boi frio.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Sim.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Qual a idade média?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — 3 anos, ou melhor, 3,4.

Sobre a situação do fazendeiro, aliás, há uma tese muito interessante defendida pelo Dr. Fernando Augusto Corrêa da Costa, que é fazendeiro muito adiantado, em Mato Grosso. Ele sustenta o seguinte: o boi, para chegar no gancho do açougue, consome oito anos de trabalho do fazendeiro. E raciocina: 3 anos para a criação da vaca, 1 ano para gestação do novilho, 3 anos para criação do bovino e passado 1 ano, ele vai embora. Quer dizer, quando a carne chega no gancho do açougue isto significa, para o fazendeiro, 8 anos de trabalho. Agora, imagine-se o sacrifício do produtor no pantanal de Mato Grosso. Basta fazer-se um estudo com os dados que temos aqui para o custo industrial a fim de verificar-se que o produtor agrícola é muito sacrificado. E não podemos pagar além do que pagamos porque seria um desastre econômico.

Verifica-se que, pagando esse preço, nesta média e procurando alcançar a eficiência administrativa ideal, que ainda não conseguimos, a rentabilidade da indústria é mínima. Hoje a indústria transformou-se num simples agente arrecadador de tributos. Nada mais. Não há como remunerar o capital empastado e nem o lucro rentador em função do risco que se corre.

Num mês de trabalho faturamos 2 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, para um lucro de 200 mil cruzeiros novos. É insignificante. Não chega a 1%. Pode haver prejuízo, como é o caso. Vamos entrar num período de entressafra, em que a dificuldade de aquisição de anil é maior. Para o resultado tornar-se negativo basta um simples descuido ou qualquer dificuldade de ordem material técnica, o que é suficiente para dar prejuízo.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Somos também empresário no ramo. Nossas indústrias não estão dando o resultado da de V. Sa.

Tem razão V. S.ª em dizer que não compensa. Atualmente os frigoríficos estão sendo vendidos às dúzias. Muitos têm-se sido oferecidos. Chegam a dizer: ntrego-lhe as chaves e depois o Senhor verá quanto vai pagar; não precisa preocupar-se com o pagamento do frigorífico. Esta é a situação dos frigoríficos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, inclusive o de Londrina, bem moderno, já está à venda.

V. S.ª falou que, para retirar a tropa de boi da fazenda é preciso pagar o imposto de circulação de mercadorias. Em que condições, em geral, o negócio é feito para o pagamento do boi, além do imposto?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — O prazo é de quarenta ou de sessenta dias. Quando de sessenta,

recebe uma promissória rural, naturalmente para desconto na rede de banco própria. Não recebendo nesse prazo, vai ao frigorífico e recebe em dinheiro. Felizmente temos conseguido pagar rigorosamente em dia, não havendo sequer um dia de atraso. Isto somando 400 milhões de cruzeiros, só em Campo Grande. Eu queria ressaltar a posição do frigorífico para o pecuarista de Mato Grosso.

Os Senhores imaginem o seguinte: o pequeno pecuarista não pode viver sem a existência desses frigoríficos. Por exemplo, a Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil transporta o boi em pé, o que em Mato Grosso chamam de «train».

O pequeno produtor não tem possibilidade de formar o «train». Então, é obrigado a vender o gado dele em certas regiões por poucos recursos. Vende o gado em condições péssimas, em condições ruins de preço.

Por isso, afirmamos que cada pequeno produtor não pode dispensar a existência desse frigorífico.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Porque estimula o trabalho do pequeno fazendeiro.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — E posso dizer que os desastres financeiros que FRIMA sofreu ele prestou um benefício ao Estado de Mato Grosso porque ele criou a mentalidade e provou que Mato Grosso tem capacidade de desenvolver os frigoríficos lá existentes, enviando carne para o recriador em São Paulo, em Goiás, enfim, para outros Estados.

Hoje o boi que sai de Mato Grosso, da idade inferior é vendido a preços mais baixos. E os frigoríficos de Mato Grosso demonstrou que esse Estado tem capacidade, a grande capacidade, para criar gado com os outros Estados.

A condição de sanidade desse boi matogrossense é excepcional.

Nós temos lá, a percentagem da região de animais por enfermidade é mínima, insignificante, não tenho sequer dados para dar aos Senhores porque é praticamente nula.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — O couro?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — É muito bom, muito bem curtido. Temos vendido e, é curioso, o mercado de couros que atravessou uma fase difícil, hoje tem procura muito grande, a ponto de um frigorífico do Rio Grande do Sul estar nos comprando couro verde. Vai buscar lá em Mato Grosso, salga por conta própria e leva.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — No matadouro de Santa-Cruz, na Guanabara registramos a saída de cinquenta mil couros... (Sem microfone).

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Mas depende muito da qualidade do couro.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — A vantagem do couro de Mato Grosso, é a percentagem mínima do carrapato, que é insignificante e o couro é de primeira. O frigorífico prestou ao Estado de Mato Grosso um benefício extraordinário: provou que ele tem capacidade de produção do boi gordo e de boa qualidade.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Com essa vantagem de produzir couro de primeira qualidade. Nós em Santa Catarina temos 10% de couro primeira qualidade, mas 90% atingido pelo berne e carrapato.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — A incidência em Mato Grosso é muito pequena. A percentagem de couro de primeira é bem maior. Não tenho elementos para dizer aos Senhores o quanto significa percentualmente, mas posso dizer que o couro que produz é mais de 50%.

O couro classificado como de segunda é porque sofreu algum corte na elaboração.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — O capital é estrangeiro ou é consorciado?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — É todo nacional. O frigorífico tem características interessantes, tem setecentos acionistas, a maioria de fazendeiros e pecuaristas da própria região. Não existe acionista majoritário. Existe um grupo denominado Grupo Paulista que detém cerca de 30% das ações do frigorífico. É o que está atualmente na administração do frigorífico.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — É quase uma cooperativa?

O SR. CIRO MACHADO ALCANTARA — Praticamente é cooperativa. 50% das ações estão nas mãos de 40 acionistas mais ou menos.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Quero eliminar a palavra cooperativa para dizer uma sociedade tipo novo.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — É uma sociedade de capital aberto.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Qual o dividendo distribuído?

O SR. CIRO MACHADO ALCANTARA — Infelizmente, o frigorífico não paga dividendos há muitos anos porque, por ocasião da concordata, o frigorífico tinha passado por reformas, por ampliações e tinha crescido bastante. E a prova do interesse dos pecuaristas de Mato Grosso foi tão grande que por ocasião da concordata, esta só pôde ser retirada dado esse apoio, porque muitos dos pecuaristas transformaram seus créditos em ações.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Qual a capacidade diária de abate?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — A capacidade, hoje, nas condições atuais, seria de quinhentos animais por dia. O frigorífico tem capacidade de abater mais mas só poderia aumentar o trabalho ampliando algumas seções e ampliando, efetivamente a frota de vagões porque a frota de vagões é o gargalo.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Então o frigorífico sofre da falta de meios de transporte.

O SR. CIRO MACHADO ALCANTARA — Exatamente, Senador, de meios de transporte, porque mercado ele teria. A frota é composta de 72 vagões e leva mil toneladas.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — De que modo é transportada a carne?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — A carne é resfriada, ela vai pendurada e o vagão transporta cerca de três toneladas, cada um. A carne sai de Mato Grosso com três graus e chega em São Paulo com cinco ou seis graus, acima de zero. Devo dizer que o aproveitamento é integral, para todo o animal.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Não será que a SUNAB entrou no mercado pela incapacidade dos frigoríficos particulares de satisfazerem a demanda?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Na minha opinião a ação da SUNAB no mercado é deletéria. O que aconteceu, os Senhores Membros da Comissão se lembram, foi que a indústria de carne esteve nas mãos de grupos poderosos estrangeiros que foram praticamente aliados do mercado pelos grupos nacionais em virtude de sonegação desenfreada. Os frigoríficos nacionais se construíram, podemos dizer, através de uma sonegação desbragada que afetou totalmente as indústrias estrangeiras. Não quer o industrial estrangeiro fosse mais virtuoso que o industrial brasileiro mas, os senhores compreendem, ele não poderia ordenar a seu gerente que sonegasse. O nacional, que estava à testa do negócio, sonegava e conseguia resultados extraordinários. Mas a nossa indústria não estava preparada para uma grande administração. Basta verificar-se que, quando pas-

saram de pequena para grande indústria, o número de quebras e falências de frigoríficos foi enorme quase todos quebraram. No momento em que o Governo passou a fazer um controle mais efetivo da arrecadação, não suportaram a carga tributária. Posso dizer, tranquilamente, que nós, em Mato Grosso, temos pago religiosamente todos os impostos, mas verificamos que a indústria não suporta a carga tributária.

E, verificamos o seguinte: que, de fato, a indústria não suporta a carga tributária. Se ela continuar com essa carga, temos que cerrar as portas, porque não temos capacidade de trabalho.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Em tese, quando V. S. diz que o frigorífico paga 15% de I.C.M., significa que, sendo o frigorífico constituído de maioria de acionistas pecuaristas, na verdade, paga o frigorífico ou os pecuaristas, estão pagando, porque este pertence praticamente aos pecuaristas. Então vão se mantendo dentro de certo equilíbrio, mas não distribuem dividendos, porque o lucro pequeno que têm é para ser investido em maior aperfeiçoamento.

Chegamos, então, a seguinte conclusão: o industrial brasileiro, particularmente o que manipula capitais nacionais, vem reclamando maiores lucros. Estamos diante de uma indústria que sequer distribui dividendos.

O agricultor reclama maiores lucros; o banqueiro é que tem a melhor parte da coisa. O atravessador divide, em geral, com o banqueiro a parte melhor do negócio. E, a massa consumidora, cujo poder de compra no Brasil é dos mais baixos do mundo, suportaria maiores preços das mercadorias, mas alta do custo de vida? Isto não provocaria uma revolução social? O Estado poderia realizar sua tarefa de administrar a coisa pública, reduzindo a sua receita, quando há o déficit de mais de um trilhão de cruzeiros novos que está impedindo a execução de obras já iniciadas? Faço a pergunta porque já descobri que estamos diante de um estudioso...

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Muito obrigado.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — ... de um administrador que se dedica ao trabalho desta natureza é porque deve ter alguma coisa dentro da cabeça, sua massa cinzenta deve ser em grande quantidade e esta Comissão quer chegar a uma conclusão. Esta Comissão está disposta a trabalhar para apresentar um relatório que sirva de norte para um entendimento da problemática nacional por parte dos responsáveis pela coisa pública, que é que está impedindo que haja melhor distribuição das partes entre aqueles que produzem. Porque uns estão, tendo lucros dígitos assim excessivos, em relação àquele outro grupo que produz e não tem lucro nenhum, outros não têm lucro e outros, o lucro que conseguem auferir muito mal dá para um reinvestimento de tal modo que adquiram um maquinário mais aperfeiçoado nas suas fábricas para maior produtividade, como discutimos ainda hoje no Senado. Como equacionar o problema e qual seria a solução: apenas a redução dos tributos?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Não, Excelência, não acredito que apenas com a redução dos tributos isto fosse possível. A pergunta envolve outros aspectos. Eu poderia dizer que o Governo tem se revelado sempre um mau administrador. Estamos vendo agora o episódio dos funcionários ociosos. Se o Governo reduzisse a despesa não ao ponto de prejudicar os investimentos necessários à construção de estradas, portos e canais, de que necessitamos muito, mas se reduzisse a

despesa com o funcionalismo, com Exército com a Marinha, a Aeronáutica, acredito haveria recuperação.

O exemplo é frizante. A Alemanha, depois da guerra conseguiu uma recuperação extraordinária, porque não tinha despesa pública quase nenhuma. A despesa pública da Alemanha era mínima. Não tinha Exército, Marinha, Aeronáutica, não tinha funcionalismo nenhum. A recuperação se processou rapidamente, apesar de o País ter saído, como saiu, do desastre.

Respondo a V. Ex.^a simplesmente: ou o funcionalismo acaba com o Brasil ou o Brasil acaba com o funcionalismo, ou se sustentar sua presença, porque é pequena a massa dos que produzem, em relação aqueles que não produzem e vivem à custa do Estado, Estado paternalista. Temos aqui de dar aposentadoria a um homem válido, é comum, quando o homem está em plena atividade. Quando está em atividade, que poderia produzir para o Estado, vemos ser aposentado. Em São Paulo verificamos na minha profissão juizes, desembargadores, homens que, no momento, poderiam produzir muito para o Estado se aposentarem porque não tem estímulo, seja lá o que for, o fato é este.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Exato. Com essa mentalidade paternalista que temos daria a V. Ex.^a o seguinte: Temos que construir estradas, precisamos melhorar nossas estradas de ferro, precisamos dar eficiência, para que isso aconteça.

No episódio dos vagões da Friman — quando assumimos a direção da Friman e se abriu concordata eles estavam sendo construídos pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Ela conseguiu construir uma média de 2 vagões, por mês, para nós. Como havia necessidade urgente de vagões, resolvemos assumir a construção e passamos a construir mais barato e quatro por mês. Dobramos a produção e diminuímos a despesa o que comprova a ineficiência da administração, do Poder público.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Mas não acha — será a última pergunta ao depoente — que é um círculo de ferro construído há muitos anos e que impede que as nações que se querem desenvolver o façam? Há pouco, tivemos um exemplo em Nova Deli: o Brasil iniciou uma luta que teve o apoio da Nação inteira — liderou o grupo de 77 nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento, e, no momento em que foi equacionado o problema da miséria e da fome que se abate sobre 2/3 dos 3 bilhões e 5 milhões de habitantes que há, hoje, no mundo, imediatamente os subdesenvolvidos que se querem industrializar, que se querem libertar da miséria encontraram um grupo monolítico das Nações desenvolvidas e superdesenvolvidas, que se uniram, desconhecendo completamente a cör ideológica, a filosofia política de cada uma delas; uniram-se, e a conferência de Nova Deli transformou-se num grande fracasso.

Não acha que falta uma entrosagem melhor no Brasil, entre os ministérios responsáveis pela produção com o Ministério das Relações Exteriores, que, na verdade, já está tendo um grupo de funcionários — eu não falo no todo, mas há um grupo de funcionários — à altura de exercer a política de conquista de mercados para o Brasil? Não acha que está faltando essa entrosagem de tal modo que, quando nós contratamos vender carne bovina no Exterior, passem outros países à nossa frente, porque o prazo de entrega geralmente não é cumprido? E a descrença, e o descrédito chegam a tal ponto, que nós descobrimos o consumidor, descobrimos o comprador, e outros

países passam à nossa frente e vendem aquilo que nós desejávamos!

Porque, na verdade, o problema do funcionalismo é discutível. Há aqueles que pensam que há uma distribuição dos funcionários públicos no Brasil. Num país de 8.525.000 Km² nós não temos, numericamente, o funcionalismo necessário para fazer esse entrosamento e para dar a orientação que quase todos os países, hoje, estão dando, através de um funcionalismo competente e produtor.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Exato.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — A Itália, por exemplo, criou nos seus ministérios alguns grupos de técnicos de alto nível que são os orientadores dos ministérios, que percorrem as propriedades, que verificam necessidades, que sugerem o crédito que deve ser concedido a cada agricultor, acompanham a obra que ali se faz e, depois que a Itália enveredou por esse caminho, a produção pecuária, a produção da lavoura, a produção agrícola cresceu, aumentou de tal maneira que um fato também aconteceu: deteve a marcha, o processo, que era velocíssimo, para o aniquilamento das instituições democráticas italianas.

Creio que esse é um dos grandes problemas.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Estou de pleno acordo, Sr. Senador.

Quero acentuar a V. Ex.^a o seguinte: a eficiência na máquina administrativa nossa é nula e, de fato, não há entrosamento algum: os organismos são estanques — verificamos falta absoluta de funcionários em determinados setores e excesso de funcionários em outros.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Exato!

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Nós verificamos mais: um ministério ou uma repartição não tem entrosamento com outro Ministério ou outra repartição.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Exato.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Daí acontecer o que vem acontecendo conosco. Não temos tradição no mercado exportador, porque os nossos contratos nem sempre podem ser cumpridos. Basta que um funcionário, no Rio de Janeiro, invente qualquer dificuldade, para se cancelar uma exportação, sem o menor respeito aos contratos já efetivados. Assim o importador tem medo de aceitar a oferta.

Compreendem os Senhores que um comerciante que tenha o seu negócio regular, a sua vida em ordem, tem de programar com uma antecedência. Se programa com essa antecedência e conta como certo que vai receber determinado produto do Brasil, e, amanhã, por motivo de condições climáticas, uma seca, ou se o Governo quer fazer demagogia à custa desse produto e proíbe a exportação, ele não mais o receberá, nós nos desmoralizaremos no mercado externo.

A ação do Itamarati é extraordinária. Recebemos, constantemente, cartas e circulares muito bem elaboradas, estudadas, com informações perfeitas. O Ministério das Relações Exteriores tem um selecionadíssimo corpo de funcionários funcionários à altura. Infelizmente, porém — e aí vai a nossa crítica — não há o entrosamento necessário entre as diversas repartições. Entre um Ministério e outro não existe entrosamento. Existe, apenas, a cúpula, vamos dizer assim, entre os Ministérios mas não funciona ou um não ajuda o outro. Ao contrário. Assistimos aos mais tristes episódios possíveis neste aspecto. Há um total desentendimento entre as repartições e Ministérios. As vezes prestam essas repartições os

mesmos serviços, o mesmo trabalho, em pura perda. A ineficiência é total.

Infelizmente somos obrigados a reconhecer. Da razão do que disse a V. Exa., sintetizando numa frase que talvez não seja muito feliz mas estamos neste ponto. Não nos capacitamos de que temos que reorganizar este país, porque a evidência está aqui: nós apanhamos uma indústria praticamente falida, conseguimos reorganizá-la com capitais nacionais, e demonstramos que temos capacidade para operar essa indústria. E no prazo de um ano essa indústria está recuperada, tem condições de trabalho, mas nós nos sentimos completamente abandonados. E, no fim, o trabalho nosso redundou em simples e mero arrecadador de tributo.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, congratulo-me de ter provocado esse pronunciamento, porque havia necessidade de um esclarecimento para melhor formulação da questão que é para o País saber como está pensando nossos homens que produzem e que trabalham.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Eu acrescentaria um dado a mais, Excelência, a sua observação. Verifico aqui, num estudo muito simples e feito agora, às pressas, o seguinte: a exportação de carne no mercado exterior. O produto argentino, que é tradicional e já tem mais penetração no mercado externo, o ano fiscal passado a Argentina exportou mais carne e recebeu menos preço. E o que tem acontecido com nossos produtos: exportamos cada vez mais e recebemos cada vez menos pelos produtos exportados. Efetivamente, o círculo de ferro existe com muita pressão.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Vendemos pelo preço que nos é imposto. E vendemos da mesma forma.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — A Argentina — e tenho os dados em mão — exportou, vendeu, em 66: 604 mil toneladas de carne e recebeu 561 mil dólares; em 67: exportou 533 mil toneladas e recebeu 376 mil dólares.

Houve uma defasagem: exportou a Argentina 26 mil toneladas a mais e recebeu menos dólares.

Quer dizer: para que o país subdesenvolvido possa vencer esta barreira — digamos assim — só acreditado num propósito — eficiência e trabalho. Temos de procurar mais eficiência e mais trabalho. Não é possível que um país pobre como o nosso continue com honras válidas sem trabalhar, não prestando qualquer serviço à Pátria.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — De acordo.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Também a indústria agropecuária, por imposição dos governos dos países ricos, compra equipamento, materiais; enfim, das organizações desses países ricos. Elas nos vendem por mais, e os países ricos compram por menos, sempre por menos o preço por unidade ou por tonelada, mas vendem os seus produtos manufaturados sempre por preço mais elevado.

Realmente a situação é praticamente insustentável para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Temos sempre as maiores desvantagens nos intercâmbios com os países capitalistas.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Temos capacidade e podemos vencer as resistências dos países capitalistas. Acredito que possamos levar este País adiante. A geração nova há de fazer alguma coisa. Não é possível que continuemos sempre derrotistas. Temos capacidade de trabalho para produzir bem, trabalho de

boa qualidade, capaz de competir no mercado externo. Agora é preciso um melhor entrosamento do Poder Público. A máquina administrativa tem que funcionar melhor, senão este País afoga. Se o Ministério da Agricultura não se entrosar com o Ministério, se não houver um planejamento global, integral, o Governo não poderá ter um bom desempenho neste setor. Por isso ele deve mexer com os funcionários que estão aqui, ociosos, nestes Ministérios, que devem ser aproveitados noutros lugares. Eles terão que fazer um sacrifício em benefício do país. Não é possível que o que trabalha seja só o sacrificado. Porque hoje o desestímulo é completo.

O SR. DEPUTADO MARCILIO DIAS — Exato. E para os funcionários que prestassem esses serviços seria de grande valia que assim agisse o Governo.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — O que se observa é o seguinte: é o comércio de carne que tem que sofrer uma transformação. Por exemplo, o açougueiro que elaborou, trabalhou com 220 quilos de carne por dia, ele não pode viver. Ele grita: então, nesses casos, o Conselho nunca é beneficiado. O açougueiro nestes casos, tem que viver, então ele força a alta dos preços. Usa, então, de todos os artifícios conhecidos.

Acontece então o quê? A SUNAB interfere e tabelando o produto este é barateado: é vendido a preço mais baixo. Mas esse benefício não é essencial de modo algum porque surgem os intermediários. E há certos tipos de intermediários que vendem bastante e há os que vendem menos. Surgem, então, os dois tipos — o que vende para o intermediário e outro que vende diretamente para o açougueiro.

O que acontece é o seguinte: o açougueiro vende a um estabelecimento que tem posse de um volume suficiente para lucro desse e altamente beneficiado, porque ele vende muito barato: vende pelo preço do mercado. Então ele ganha muito. O pequeno comerciante que elaborou, trouxe a carne, leva uma vantagem. Vantagem mínima porque o lucro dele não pode subsistir. O pequeno comerciante de carne, hoje, está acabando; e a tendência das grandes centrais é acabar mesmo porque, de fato, para que o consumidor se beneficie o interessante é o grande estabelecimento, que vende com lucro menor, beneficiando com isso, o consumidor.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — O Sr. acha que a SUNAB prejudica a indústria, os frigoríficos, o consumidor, o Estado porque não paga impostos, só entra para atrapalhar?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Não ajuda o consumidor de forma alguma. O consumidor aparentemente é beneficiado com a ação da SUNAB. Na realidade, se continuarmos aqui com esses dados, vamos acabar tendo a CARNEBRAS. O empresário particular não vai ter capacidade de continuar operando numa indústria, nestas condições. Para um risco desta natureza, o lucro que apresenta é mínimo não justifica a operação.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Houve medida da SUNAB para prevenir a entressafra, estocagem, armazenagem?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — A notícia que corre é que a SUNAB tem estoque de carne congelada. Não sei exatamente o volume, mas tem.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Do debate que temos travado nas áreas de Araguari, outros setores, Londrina o que depreendemos é que não se haviam tomado medidas para prevenir a entressafra, havia inclusive ameaça, como já estão importando queijo, manteiga,

havia ameaça de nova importação de carne argentina para o Brasil.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Isso seria um absurdo. Isso acontecerá um desastre, uma atitude impertinente que viria causar mais um desestímulo ainda, teremos que caminhar para a CARNEBRAS. A SUNAB que fique com tudo e tome conta, não é possível ao empresário particular continuar sofrendo essas pressões.

O SR. vai encontrar frigoríficos com câmaras frias, vazias, paradas porque de fato, não temos condições econômicas para poder guardar para a entressafra, diante desses quadro que estou mostrando a V. Exa.

Se a SUNAB importa carne da Argentina e do Uruguai eu acho isto impatriótico, porque temos condições magníficas para abastecer não só o mercado do País como até para exportar.

A SUNAB ofereceu um financiamento para boi em pé mas as condições de financiamento eram de tal ordem que era impossível. Nós, por exemplo, não aceitamos as condições. Ela propunha o seguinte: financiamento de boi em pé, adiantar o dinheiro para compra do boi desde que fosse garantido o preço exato de venda.

Ora, se nós comprássemos boi e por acaso acontecesse qualquer desastre, uma aflição, fosse o que fosse, o risco seria imenso. Então, não era possível porque não temos condições de correr um risco dessa natureza. Só se pudermos rever o preço de mercado. Al sim, estaria certo, sem dúvida, mas vender futuro, a preço certo, num país em processo inflacionário é um verdadeiro suicídio. E posso dizer mais a V. Exas. No Brasil, até bem pouco tempo, não se comercializava, não se industrializava carne de cavalo. Então é uma indústria nova que surgiu que está produzindo riquezas para o País, exportando, porque não tem órgão algum intervindo nisso. E' apenas um empresário particular que está trabalhando e que está produzindo riquezas. Posso ainda dizer que já exportamos, num semestre, só de carne de cavalo, para o Japão, para a Holanda, para Inglaterra já embarcamos 388.000 toneladas de carne de cavalo congelada para o Japão e para a Holanda foi muito pouco, 60 toneladas, mas a Inglaterra compra muito miúdos. Quanto ao charque, por exemplo, acredito que por aí ainda muita gente comendo carne de cavalo sem saber que é carne de cavalo.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — (Inaudível) de importação particularmente no Brasil, em virtude da aftosa e da brucelose, e aumenta, hoje, quando se nos ferindo.

Estou dizendo que aumenta hoje, quando nós estamos ferindo o nosso sentimentalismo sacrificando cavalos. Então eles compram porque, aí, não temem muito a aftosa, e a brucelose.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Esse temor poderia ser superado porque temos condições de exportar carne industrializada, o embutido e o enlatado são plenamente aceitos. Aliás, o nosso enlatado é bem reputado lá fora.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Temos o exemplo de Portugal. Um país, digamos assim, parafacista preferiu comprar carne bovina à União Soviética a comprá-la ao Brasil. Portugal queria comprar, agora há pouco, cinco mil toneladas de carne bovina ao Brasil. A União Soviética se apresentou como concorrente e, com grande dificuldade, nós conseguimos colocar duas mil toneladas porque a União Soviética vendeu as três. Está se preparando para concorrer com os nossos países exportadores de carne na América Latina, inclusive porque apresentam o seu produto isento da aftosa, da brucelose e

em quantidade e qualidade que os compradores acham satisfatórias.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Se repito a V. Exa o seguinte: o Brasil tem condições de exportar carne de primeira qualidade, isenta de brucelose e aftosa. O certificado sanitário é perfeito, e não há porque temer ser rejeitada no mercado externo.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — O que não existe e esclarecimento lá fora, para dizer, extinguirmos a aftosa e brucelose no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e já estamos extinguindo em São Paulo. Não há problema. A imprensa que temos tido é a de que nós nos colocamos na seguinte posição: ao turista que vem ao Brasil, nós fazemos o favor de recebê-lo. Aquela que nos compra, nós lhe fazemos o grande favor em vender. Com essa mentalidade nós não podemos fazer nada. Enquanto os outros povos dizem: "os senhores nos dão uma grande alegria e uma grande satisfação e nos fazem até um grande favor em visitar o nosso país. Então os senhores sejam bem-vindos."

Não é a alma brasileira. É a desorganização que não é de agora, vem de muitos anos.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Infelizmente, vai demorar muito tempo para ser corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Braga.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — As perguntas que eu gostaria de fazer ao Dr. Alcantara, já foram praticamente respondidas, mas restaram algumas V. Senhoria, durante a exposição, disse que a indústria de carne brasileira, de certo modo, está desapaixada quanto ao know-how e acha que essa despreparo pode ser superado com a tecnologia nacional que existe atualmente no País ou ainda há necessidade de absorver de fora melhor tecnologia?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Hoje estamos aparelhados para isto. Podemos atingir a eficiência administrativa e industrializar nossos produtos com bastante eficiência. Agora, o conhecimento dos mercados estrangeiros é necessário porque temos que adotar uma política agressiva de venda e para isso temos que atender aos reclamos do comprador. Se ele exige carne cortada de determinado tipo, temos que nos adaptar a essa exigência. Verifiquemos o seguinte: estive, há pouco, no Paraguai, país de dois milhões de habitantes e a indústria mundial disputa o mercado paraguaio com voracidade impressionante. E nós não tiramos proveito disto. Precisamos efetivamente de nos adaptar às exigências do mercado externo para poder apresentar o produto dentro dos padrões que eles exigem. Acredito que a maquinaria existente no Brasil, em 90% já é nacional e é altamente eficiente, pode competir com a maquinaria estrangeira. E' claro que em determinados setores especializados, isso ainda não acontece. O conhecimento do estrangeiro é muito útil para que possamos nos adaptar a suas exigências.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — A respeito do peso médio para a carcaça seria de 240 quilos para o macho, nos frigoríficos vem se notando aumento progressivo dessa média, ou ela é constante há muito tempo?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Não há estatísticas a respeito. O que posso dizer é que existe ainda uma porcentagem do boi taurino, no boi pantaneiro, sem sangue de boi hindu. A média já é muito boa no Mato Grosso e pode ainda melhorar extraordinariamente. A gente nota um grande interesse, é muito comum recebermos cartas de fazen-

deiros que mandam saber o peso para selecionar determinado lote e verificar seu peso.

Há poucos dias recebemos no Frigorífico um lote, com animais da mesma idade, que pesou 19 arrobas, de criação do Senhor Oswaldo Arantes, excepcional, efetivamente incomum.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — De idade é esse gado?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — De três anos a três anos e meio.

Recebemos, também, uma experiência muito interessante da Fazenda Bodoqueana; um lote de búfalos, que também apresentou peso excepcional e um tipo de carne muito bom.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Na Exposição de ontem, o Presidente do Sindicato Rural de Corumbá deu o exemplo de uma fazenda média, em Mato Grosso, que se apresenta com uma área de 18 mil hectares e com capacidade de criar 4.000 cabeças de gado. Dizia ele que era uma fazenda praticamente deficitária, porque dava um lucro bruto de 40 mil cruzeiros novos. Parece-me que nesse terreno, Mato Grosso possui uma desvantagem muito grande em relação a outras regiões. Quatro mil cabeças de gado, em algumas regiões brasileiras, dariam um lucro excepcional.

Não quero fazer relação da área, mas da quantidade do gado.

Acha V. S^a que o manejo dos rebanhos, nessa região, não implica também na grita que os fazendeiros têm, de baixa remuneração?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Não conheço a técnica do fazendeiro do pantanal, confesso a V. Ex^a. Sou um advogado que estou envolvido na indústria por uma série de circunstâncias. Mas, ao que me parece, o fazendeiro do pantanal não vende boi gordo, só magro. De sorte que ele tem que passar para outros estágios. Ele cria o boi, a carne, vamos dizer assim, cria a matéria-prima para a zona da serra, onde o boi vai ser engordado. E o pantanal tem condições extraordinárias, excepcionais para a criação, porque o boi cresce lá, sem o perigo de moléstia, não há incidência de carapato, de coisa alguma. É um ambiente excepcional para a criação de boi.

Quanto à rentabilidade, nada posso dizer. Talvez possamos conhecer algo porque, parece, o Banco Mundial vai financiar um estudo na região de pantanal, com uma fazenda modelo, onde vai ser explorado tudo.

Posso dizer a V. Ex^a, repetindo, o que eu afirmei: o boi, quanto ao gancho do açougue chega, tem oito anos; mas o fazendeiro não sabe quanto custa para ele, porque não tem um preço de custo.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Eram essas, Sr. Presidente, as perguntas que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Quantas horas leva um vagão-frigorífico, de São Paulo?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Hoje, a direção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil reduziu bastante. Estamos gastando quatro dias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — E o preço?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — O preço eu reputo excepcional, acredito até que a Rede Ferroviária Federal tenha prejuízo com isso: estamos pagando 40 centavos por quilo do peso transportado, sem pagar o retorno. De Campo Grande a S. Paulo, NCr\$ 0,40. É efetivamente muito barato, e a Noroeste tem, vamos dizer assim, tem dado uma assistência muito boa ao Frigorífico. A atual direção da Noroeste tem feito o possível para atender com a maior brevidade, já que conseguimos reduzir de um dia o retorno do vagão. Está gastando, hoje, uns 7 dias.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVA (Relator) — E essa carne é entregue ao retalhista? Era uma parte da pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Se o Frigorífico tem uma rede de açougues em São Paulo. Porque sabia que tinha câmaras frigoríficas em São Paulo. Quero saber se tem frigorífico em São Paulo ou se distribui, tem açougues?

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVA (Relator) — Houve tempo em que teve açougues; hoje, não tem. Tem entreposto muito bem montado em São Paulo com câmaras frias que permitem até estocagem. É uma vantagem excepcional de que o Frigorífico desfruta. O vagão chega lá, é descarregado. Uma boa parte é descarregada diretamente para o comprador e a outra parte é estocada.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVA (Relator) — E chega ao açougue na base de quanto o quilo?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — V. Ex^a quer dizer o preço de venda?

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVA (Relator) — Vende ao açougueiro por quanto?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Acontece o seguinte: as

despesas de venda são altas. Existe o atravessador e nós não podemos fugir deles.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVA (Relator) — Precisamos acabar com eles.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Somos obrigados a vender uma boa parte da carne para o que eles chamam de distribuidor. Esses distribuidores têm caminhões que fazem a entrega. Agora so tenho, aqui, o valor global. Mas tenho aqui: o preço unitário da Lascia especial de boi a NCr\$ 1,20; a dianteira especial NCr\$ 0,80. A carne para indústria a NCr\$ 0,60. A carne para indústria e representada pelos dianteiros abaixo de 40 quilos e que contém alguns defeitos de peças.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Qual a média de manança por dia em Mato Grosso?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Temos 25 dias de abate com a média de 300 por dia. Não temos, porém, conseguido manter o fluxo, vamos dizer assim, ideal de manança porque o Frigorífico não dispõe de capital para manter um depósito. Há necessidade de um depósito para se manter esse fluxo industrial, constante, contínuo. Hoje, estamos sujeitos a um atraso nos trens da Noroeste. Há uma demora, no particular. Nessa parte, a nossa eficiência tem sido prejudicada exatamente por este motivo, porque não dispomos desse depósito.

O SR. SENADOR PERICLES PEDRO (Fora do microfone) — Tem V. S^a encontrado dificuldade quanto à questão de crédito?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — O Banco do Brasil tem um limite de desconto, que atende relativamente bem às nossas dificuldades. A rede bancária particular desconta também.

Recebemos um empréstimo do Banco do Estado de Mato Grosso, através do Banco Central da República do Brasil, por ocasião da concordata.

Temos um empréstimo, feito pelo Banco Nacional do Desenvolvimento para a construção dos vagões. Este empréstimo já está em fase de amortização.

Para capital de giro nada temos. Contamos com o limite no Banco do Brasil, para desconto de duplicata de nossas vendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — V. S^a poderia dizer qual o imposto estadual, ou federal, ou municipal que onera o frigorífico?

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Posso dizer que, nos quatro primeiros meses deste ano, nós pagamos NCr\$ 1.100.000,00 de ICM; pagamos NCr\$ 500.000,00 de legislação so-

cial: férias, 13º salário, aviso prévio, previdência social; o imposto de produtos industrializados e pequeno, e pagamos em média NCr\$ 1.000.000,00, por mês, e imposto sindical de empregadores NCr\$ 1.000.000,00. Temos aí um total de impostos pagos nos quatro primeiros meses de quase dois bilhões de cruzeiros novos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Multiplicado isto por 3, dá quase 6 bilhões por ano.

Afinal, Dr. Ciró Amaral Alcantara, eu me sinto satisfeito e, sobretudo, orgulhoso, como matogrossense, os termos tido aqui, nas duas últimas reuniões, o Presidente do Sindicato de Pecuaría de Corumbá, que é hoje o Diretor do Frigorífico de Campo Grande, para mostrar a esta Comissão como o meu Mato Grosso como o nosso e o seu, em particular, está porfiando para levantar a pecuária nacional.

O Dr. Ciró Amaral Alcantara de inteligência privilegiada, de dedicação na matéria, expôs fielmente a situação da industrialização da carne em Mato Grosso.

Levaremos suas ponderações ao Presidente da República, integrando a coordenação que estamos organizando, para que o Poder Público, com os elementos que receberá, possa melhorar ou tirar dessa situação angustiante a agricultura e a pecuária brasileira. É o caminho certo.

Muito obrigado. Pedimos desculpas por tê-lo chamado de tão longe, mas tínhamos de ouvir a palavra de V. Senhoria.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Agradeço a V. Ex^as. a oportunidade deste depoimento. E estarei à disposição para qualquer esclarecimento que esteja ao meu alcance.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVA (Relator) — Lembra-se ao Sr. Ciró Amaral Alcantara que faremos questão, ao visitar Mato Grosso, de conhecer sua organização industrial. Será uma das visitas que faremos em Mato Grosso.

O SR. CIRO AMARAL ALCANTARA — Terei grande prazer. Vou mais longe: a presença de Vossas Ex^{as} nos servirá de estímulo. Poderão verificar, pessoalmente, o que disse aqui — que estamos procurando atingir uma eficiência administrativa ideal mas ainda não conseguimos.

As dificuldades são grandes. Acredito que, com o tempo, se possa melhorar o padrão de qualidade e eficiência administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Está encerrada a sessão.

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinhilber (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES
 Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite

José Guimard

Adolpho Franco

Leandro Maciel

Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Ermirio

Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna

Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

José Leite

Eurico Rezende

Benedicto Valladares

Carvalho Pinto

Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES
 Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Saraste
 Clodomir Millet

SUPLENTE

Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Senna

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

ISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****TITULARES**Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres**SUPLENTE**José Guimaraes
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Antônio Balbino
José ErmirioSecretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****TITULARES**Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Guimaraes
Teotônio Villela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmirioOscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da GamaSecretaria: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****TITULARES**Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Villela**SUPLENTE**Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Mello Braga**MDB**Antônio Balbino
Nogueira da GamaRuy Carneiro
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES**Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite**SUPLENTE**Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio
Josaphat MarinhoJoão Abrahão
Argemiro de FigueiredoSecretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****TITULARES**Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg**SUPLENTE**José Feliciano
Mello Braga
José Guimaraes
Benedicto Valladares
Teotônio Villela**MDB**Josaphat Marinho
José ErmirioSebastião Archer
Oscar PassosSecretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES**Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes Pimentel**SUPLENTE**Teotônio Villela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto SennaSecretaria: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES**Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto**SUPLENTE**José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger**MDB**José Ermirio
Aurélio Vianna
Rui MartinsAntônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo LevySecretaria: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES**José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira**SUPLENTE**Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretaria: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Mora Andrade
Fernando de
Arnon de Mello
José Cândido

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrino Portela
José Leite
Leocádio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mario Martins
Aureli Viana
Oscar Passos

Bezerra New
João Abrahão
Josephat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

Julio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Vogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.
Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Ney Braga

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tórres
José Guimard

José Feliciano
Menezes Pimenta
Celso Ramos
Petronio Portela
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 241.
Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Virgílio

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.
Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

PREÇO DESTA EXEMPLAR: NCr\$ 0,10